



COMITÊ DE
PRONUNCIAMENTOS
CONTÁBEIS

1 -	CPCs PARA DESESPERADOS: APRESENTAÇÃO	2
2 -	METODOLOGIA	3
	CONTEÚDO	3
	QUESTÕES DE CONCURSOS	3
	RESUMOS	4
3 -	APRESENTAÇÃO DOS PROFESSORES	4
4 -	PRINCIPAIS PRONUNCIAMENTOS COBRADOS EM PROVAS	5
5 -	DICAS PARA ABSORVER MELHOR OS CPCs	6
	NÃO ESTUDE A NORMA SECA	6
	ESTEJA EM DIA COM A MATEMÁTICA FINANCEIRA	6
	PROCURE SABER QUAL A CONTABILIZAÇÃO INICIAL E A MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE	7
	RESOLUÇÃO DE QUESTÕES	7
6 -	CRONOGRAMA DAS AULAS	8
7 -	CPC 25 – PROVISÕES, PASSIVO CONTINGENTE E ATIVO CONTINGENTE	10
8 -	DEFINIÇÕES	10
	3.1 - CONCEITO DE PROVISÃO	10
	3.2 - CONCEITO DE PASSIVO “NORMAL”	12
	3.3 - CONCEITO DE PASSIVO CONTINGENTE	13
	3.4 - CONCEITO DE ATIVO CONTINGENTE	14
	3.5 - VAMOS APROFUNDAR OS CONCEITOS	15
9 -	DIFERENÇAS ENTRE PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES:	17
10 -	RECONHECIMENTO DAS PROVISÕES	18
11 -	LANÇAMENTO PARA CONSTITUIR A PROVISÃO	18
12 -	PASSIVO CONTINGENTE	19
13 -	REAVALIAÇÃO A CADA EXERCÍCIO	21
	7.1 - LANÇAMENTO PARA REVERTER A PROVISÃO	22
14 -	ATIVO CONTINGENTE	24
15 -	OUTROS CONCEITOS IMPORTANTES PARA O ENTENDIMENTO DO CPC 25	26
16 -	RECONHECIMENTO	28
	9.1 - OBRIGAÇÃO NÃO FORMALIZADA	29
17 -	RESUMO GERAL	32
18 -	QUESTÕES COMENTADAS	33
	12.1 – FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS	33
	12.3 - FGV	44
	12.3 - CESPE	57
19 -	LISTA DAS QUESTÕES COMENTADAS NESTA AULA	77
20 -	GABARITO DAS QUESTÕES COMENTADAS NESTA AULA	92



1 - CPCs PARA DESESPERADOS: APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal. Como estão?!

É um grande prazer ter vocês conosco no nosso mais novo curso aqui do **Estratégia Concursos!** Se você está lendo este material é por que provavelmente o nome chamou sua atenção: **CPCs para Desesperados!** Sim, sabemos o quanto essas normas vêm assombrando os que estudam contabilidade.

Mas é exatamente para retirar esse estigma que estamos aqui. Nossa missão?

Missão: Trazer o melhor conteúdo possível para vocês sobre os chamados Pronunciamentos Contábeis, abordando em nossas aulas estritamente aquilo que é necessário para que você acerte praticamente todas as questões de sua prova!

E o que são os Pronunciamentos Contábeis? O que são esses CPCs?

As normas dos CPCs surgiram para convergir a contabilidade brasileira aos padrões internacionais. Afinal, com a globalização, é natural que as pessoas possam alocar seu dinheiro e investimento em outros países que não apenas o seu de origem.

Assim, se um estrangeiro quiser investir em uma companhia brasileira, ele poderá, tendo em vista que as demonstrações contábeis estão nos padrões internacionais para elaboração e divulgação, sendo possível avaliar com mais segurança o investimento que será feito. Fundos estrangeiros (mas não só eles) investem bilhões de dólares aqui no Brasil. Por isso, eles querem saber exatamente onde estão aplicando seu capital e quais os riscos.

Desde que editadas, essas normas estão sendo bem cobradas em provas. Todavia, de alguns anos para cá, o estudo desses itens passou de desejável para obrigatório. **É imperativo que você saiba os principais pontos!**

E o que é mais engraçado é que costumávamos associar os Pronunciamentos à Contabilidade Avançada. Todavia, hoje, asseguramos que essa diferença não mais existe. Ao analisar, por exemplo, uma prova da Fundação Carlos Chagas – FCC, você notará que 90% das questões envolvem conteúdos de CPC 00, CPC 01, CPC 27, CPC 04, CPC 03 e assim por diante. Todavia, a ementa é uma ementa normal de contabilidade geral.

Então, **as bancas hoje entendem que ao abordar Contabilidade Geral isso já inclui os chamados Pronunciamentos Contábeis.** Se estamos falando de FGV e FCC, isso é líquido e certo. O CESPE varia um pouco. As outras bancas, menores, precisam ser estudadas caso a caso.

Lembrando que a ESAF não mais organizará provas de concursos.

E qual será a nossa metodologia neste curso?

2 - METODOLOGIA

CONTEÚDO

Quem conhece os cursos do Estratégia sabe que trabalhamos basicamente com o tripé **Livros Digitais em PDF (Teoria e Questões) + Vídeos Completos (Teoria + Questões) + Fórum de Dúvidas**.

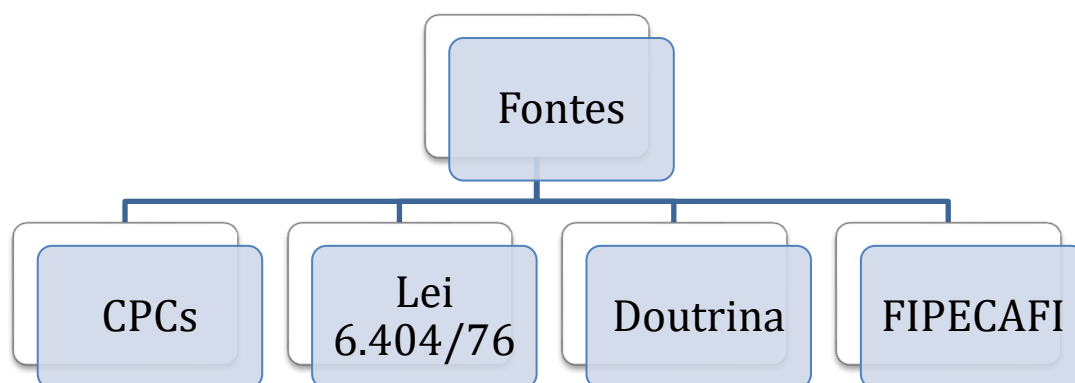
A base inicial do estudo da contabilidade deve ser os livros digitais e os vídeos, principalmente se é a primeira vez que você estudará a matéria. É muito importante que, em um primeiro momento, você assista aos vídeos e também leia ao material escrito.

É desejável que, aqui, você já tenha alguma noção de contabilidade geral. Mas, ao estudar melhor as aulas, perceberá que a contabilidade avançada é até mais fácil que geral.

Se você já tem alguma noção, pode, se o seu desempenho nas questões propostas no Livro Digital for acima de 80%, seguir apenas com o material escrito. Se sentir dificuldade, assista aos vídeos.

O nosso curso de Contabilidade está **sempre atualizado** de acordo com:

- Principais pontos dos chamados Pronunciamentos Contábeis e todas as suas **revisões**, hoje quase onipresentes em provas de concursos públicos e exames.
- Lei 6.404/76: Também conhecida como Lei das Sociedades Por Ações e pilar da Contabilidade.
- Pontos necessários de doutrina e do Manual de Contabilidade Societária (FIPECAFI).



QUESTÕES DE CONCURSOS

Além da teoria, para o aprendizado da contabilidade é essencial a resolução exaustiva de questões de provas anteriores. Além de ajudarem na fixação do conteúdo, as bancas tendem a repetir os enunciados.

Por disso, ao longo do conteúdo teórico, apresentaremos uma série de questões, de forma didática, para demonstrar como aquilo é cobrado em provas. Essas questões comentadas durante a aula teórica são de diversas bancas, mas serão igualmente comentadas.

Além disso, ao final de cada aula, disponibilizaremos uma bateria de questões comentadas da banca que realizará o seu certame.

RESUMOS

Além disso, ao final de cada aula, apresentaremos um resumo do que foi abordado no conteúdo teórico.

É assim que conduziremos os nossos cursos! Uma forma que vem aprovando muita gente nos mais diversos certames.

Agora, permita-nos fazer uma pequena apresentação pessoal.

3 - APRESENTAÇÃO DOS PROFESSORES

Meu nome é **Gabriel Rabelo**, sou **Auditor Fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro** e **professor de direito empresarial e contabilidade** no site do **Estratégia**.

Autor dos livros **1.001 Questões Comentadas de Direito Empresarial – FCC** e **1.001 Questões Comentadas de Direito Administrativo – ESAF**, ambos publicados pela Editora Método.

Meu nome é **Luciano Rosa**, sou **Agente Fiscal de Rendas da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo**, e **professor de contabilidade para concursos** no site do **Estratégia**.

Lançamos juntos, pela **Editora Método**, o livro **Contabilidade Avançada Facilitada para Concursos – Teoria e questões** e mais de 200 questões comentadas, livro baseado nos Pronunciamentos Contábeis emanados do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Contaremos também neste curso com o apoio do professor **Julio Cardozo**, **Auditor Fiscal da Receita Estadual do Estado do Espírito Santo**. O **fórum de dúvida deste curso e os mapas mentais estarão, principalmente, a cargo dele**.

Vejam que somos três professores totalmente dedicados à sua aprovação.

Sigam as nossas redes sociais para muitas e muitas dicas de contabilidade para concursos:

Facebook: Contabilidade para Concursos – Grupo de Estudos

Instagram: @contabilidadefacilitada

4 - PRINCIPAIS PRONUNCIAMENTOS COBRADOS EM PROVAS

Atualmente, temos **50 Pronunciamentos Técnicos (CPCs) numerados (do 00 ao 49 – com alguns revogados)**.

Os temas são diversos e se fôssemos estudar diretamente todo esse conteúdo, teríamos **tranquilamente mais de 2.500 páginas** para ler. Temos que estudar com eficiência, pensando na **relação custo-benefício** de cada conteúdo.

Aqui fica a nossa **primeira dica**:

NÃO ESTUDE TODOS OS CPCs!

Loucura? Nem um pouco! Racionalidade.

Separamos para vocês a lista de **CPCs importantes** para concursos, listando quais são os mais cobrados!

CPCs IMPORTANTES:

Os que estão em vermelho são os campeões de cobrança!

CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro

CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos

CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

CPC 04 - Ativo Intangível

CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil

CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais

CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários

CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

CPC 12-Ajuste a Valor Presente

CPC 15 - Combinação de Negócios

CPC 16 - Estoques

CPC 18-Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto

CPC 20 - Custos de Empréstimos

CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros

CPC 24 – Eventos Subsequentes

CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

CPC 27 - Ativo Imobilizado

CPC 28 - Propriedade para Investimento

CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola

CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada

CPC 36 - Demonstrações Consolidadas

CPC 46 – Mensuração ao Valor Justo

CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes

CPC 48 – Instrumentos Financeiros

Percebam que a lista já caiu bastante, não é mesmo?

Isso representa uma **grande economia de tempo**, algo que é valioso para nossa jornada como concurseiro.

Obviamente, ainda é muita coisa para estudar, mas agora saberemos como estudar esses assuntos.

5 - DICAS PARA ABSORVER MELHOR OS CPCs

NÃO ESTUDE A NORMA SECA

Para quem não sabe, todos os CPCs estão disponíveis para download na página do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Então é só ir lá baixar tudo e começar a leitura, não é mesmo? **Não mesmo!**

Não podemos iniciar o estudo dos CPCs para concursos lendo diretamente os pronunciamentos. Alguns são extensos demais, algumas traduções deixam um pouco a desejar e a leitura não é de simples compreensão.

Ademais, **grande parte dos CPCs representam conteúdos que não são relevantes para concursos públicos.**

Nesse ponto, gostaríamos de oferecer a ajuda através deste curso!

ESTEJA EM DIA COM A MATEMÁTICA FINANCEIRA

Alguns tópicos da Matemática Financeira são de vital importância para entendimento de alguns CPCs para concursos, e, por consequência, para resolução de questões.

Em pronunciamentos como o CPC 01, CPC 06, CPC 08, CPC 12, CPC 48, você precisará ter o domínio dos seguintes conteúdos estudados em Matemática Financeira:

- Cálculo de Valor Presente e Valor Futuro;
- Taxa Interna de Retorno (TIR);
- Taxas Nominal e Efetiva de Juros;
- Valor presente de séries de pagamento;

Um dos CPCs que tem sido bastante cobrado em provas é o CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

Para resolução de questões sobre o tema, é fundamental que saibamos a diferença entre a taxa nominal e efetiva de juros em operações de empréstimos, além da apropriação periódica de juros.

Sempre respondemos dúvidas de alunos que têm dificuldades de entender algumas contabilizações e lançamentos apresentados nos CPCs por não entenderem os conceitos da Matemática Financeira,

Então, faça as pazes com a matemática financeira!

PROCURE SABER QUAL A CONTABILIZAÇÃO INICIAL E A MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE

Esse é um tema chave e sempre está entre os assuntos mais cobrados.

Temos CPCs que falam de Estoques, Ativo Imobilizado, Ativo Intangível, Ativo Não Circulante Mantido para venda, Arrendamento Mercantil, Empréstimos e Financiamentos, isto é, os mais diversos elementos patrimoniais.

Porém, há uma preocupação dos pronunciamentos sobre como cada um desses elementos será registrado nas demonstrações contábeis:

- Como o estoque deve ser contabilizado? O que é deve ser adicionado ao seu custo? Haverá variações no futuro?
- Como é feita a contabilização de um Ativo Imobilizado? O que é deve ser adicionado ao seu custo? Haverá variações no futuro?
- Como é o reconhecimento inicial de um empréstimo? E de um Ativo Intangível? Quais gastos devem ser tratados como despesas? Quais devem ser ativados?

Percebam que há os questionamentos se repetem e assim ocorre para outros assuntos!

Seu aprendizado sobre CPCs para concursos irá melhorar, sem dúvidas, se você der atenção especial à contabilização inicial (reconhecimento inicial) e mensuração subsequente de elementos patrimoniais.

RESOLUÇÃO DE QUESTÕES

Como qualquer tema que deva ser bem estudado, a resolução de exercícios é fundamental para o aprendizado dos CPCs para concursos públicos.

Quem leva a sério seus estudos e que realmente está na briga por uma vaga, já sabe disso. Precisamos conhecer o estilo de cobrança da nossa banca e treinar muito!

Começando como exercícios de fixação, para fortalecer os conceitos iniciais, e aumentando gradativamente o grau de complexidade, até chegarmos àquelas questões nível **Nasa**, como por exemplo, algumas apresentadas pela FGV, que, em nossa humilde opinião, é a banca que apresenta as questões mais complexas sobre CPCs para concursos.

Mas nada que com muito treinamento e dedicação, não consigamos superar. Também queremos destacar que algumas questões são **Multi-CPCS**, isto é, há cobrança de mais de um pronunciamento em uma mesma questão.

E com certeza essa será uma tendência: uma única questão abordando Valor Recuperável e Custo de Imobilizado, Políticas Contábeis e Arrendamento Mercantil, por aí vai!

As possibilidades são muitas.

6 - CRONOGRAMA DAS AULAS



As nossas aulas serão assim divididas:

AULA	CONTEÚDO
Aula 0	CPC 25 – Provisões, Passivo Contingente e Ativo Contingente
Aula 1	CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis
Aula 2	CPC 07 – Subvenção
Aula 3	CPC 02 – Taxa de câmbio
Aula 4	CPC 06 – Arrendamento Mercantil
Aula 5	CPC 27 – Ativo Imobilizado
Aula 6	CPC 00 – Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade
Aula 7	CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos
Aula 8	CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa
Aula 9	CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado
Aula 10	CPC 28 – Propriedades para Investimentos
Aula 11	CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda
Aula 12	CPC 12 – Ajuste a Valor Presente
Aula 13	CPC 32 – Tributos sobre o lucro
Aula 14	CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro

AULA	CONTEÚDO
Aula 15	CPC 24 – Eventos Subsequentes
Aula 16	CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes
Aula 17	CPC 48 – Instrumentos Financeiros
Aula 18	CPC 18 – Investimentos em Coligadas e Controladas
Aula 19	CPC 36 – Consolidação das demonstrações contábeis
Aula 20	CPC 15 – Combinação de negócios
Aula 21	CPC 16 – Estoques
Aula 22	CPC 08 – Custos de transação
Aula 23	CPC 20 – Custo de empréstimos
Aula 24	CPC 46 – Mensuração ao valor justo
Aula 25	CPC 29 – Ativos Biológicos
Aula 26	Resumo e Questões Comentadas – Prof. Julio Cardozo
Aula 27	Mapas Mentais e Simulado – Prof. Julio Cardozo

É isso, pessoal! Esperamos encontrar vocês nos próximos encontros.

Gabriel Rabelo/Luciano Rosa/Julio Cardozo

Quaisquer dúvidas:

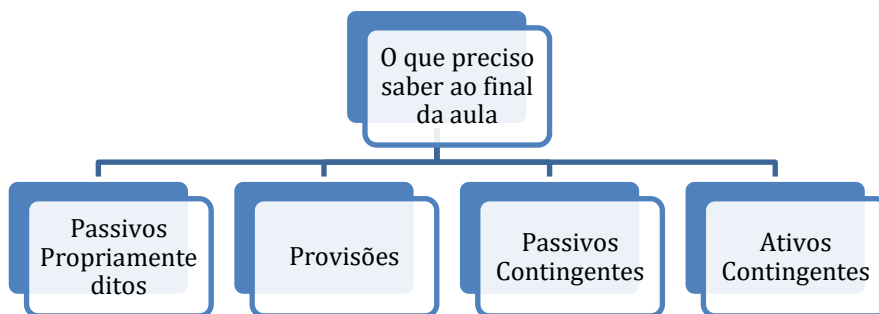


Nas grandes batalhas da vida, o primeiro passo para a vitória é o desejo de vencer. (Gandhi)

7 - CPC 25 – PROVISÕES, PASSIVO CONTINGENTE E ATIVO CONTINGENTE

O assunto é tratado pelo CPC 25, cujo teor será objeto do estudo a seguir.

Quatro são os itens objeto de estudo nesta norma e que, ao final desta aula, devem estar claros na sua mente:



Todos são extremamente cobrados em provas de concurso.

8 - DEFINIÇÕES

O CPC 25 traz algumas definições importantes para concursos, devemos conhecê-las:

3.1 - CONCEITO DE PROVISÃO

Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos.

Esquematizemos:

Provisão		
Prazo	OU	Valor
Incerto		

Um exemplo clássico aqui é o seguinte. Imagine que você passe em um concurso para Auditor Fiscal e receba uma ordem de fiscalização em desfavor de determinado contribuinte.

Formada a sua convicção, você lavra um auto de infração de muitos milhões. O sujeito passivo recebe. Consulta, assim, para orientação, o setor jurídico, que decide recorrer.

O setor jurídico, portanto, vai olhar e dizer: ora, é **provável** (mais pra sim do que para não) que nós percamos esta lide. Todavia, não sabemos qual o valor exato, que pode ou não ser aquele valor exato do auto, nem quando será efetuado o desembolso, já que essa discussão pode durar anos a fio.

Assim, estamos diante do caso de constituir uma provisão: **prazo ou valor incerto**. Não há problema que seja prazo e valor incerto.

Grave o seguinte:



Entendido? Por enquanto, grave apenas isso.

É muito interessante notar que, principalmente na contabilidade um pouco mais antiga, era comum denominarmos provisão contas retificadoras do ativo, como provisão para devedores duvidosos, que representava as perdas que a empresa estimava em contas a receber, ou provisão para ajuste nos estoques, correspondente à perda dos estoques por causa do valor de mercado e assim por diante.

Todavia, o próprio CPC 25 diz que essas expressões, embora já consagradas, não correspondem ao sentido técnico de provisão. Provisão é uma conta do passivo. As contas citadas são contas retificadoras do ativo.

Segundo o CPC 25:

7. Este pronunciamento define provisão como passivo de prazo ou valor incertos. Em alguns países o termo “provisão” é também usado no contexto de itens tais como depreciação, redução ao valor recuperável de ativos e créditos de liquidação duvidosa: estes são ajustes dos valores contábeis de ativos e não são tratados neste Pronunciamento Técnico. Portanto, provisão é um passivo de prazo ou valor incerto.



HORA DE
PRATICAR!

(UFU/Contador/2017) Assinale a alternativa que contém o nome de uma conta adequada às normas contábeis determinadas pelos Pronunciamentos Técnico do CPC.

- a) Provisão para Devedores Duvidosos.
- b) Provisão para Ajustes de Estoques ao Valor de Mercado.
- c) Provisão de Férias.
- d) Provisão para Contingência Trabalhista.

Comentários:

As letras a e b representam contas retificadoras do ativo e não estão em linha com o conceito de provisão do CPC 25.

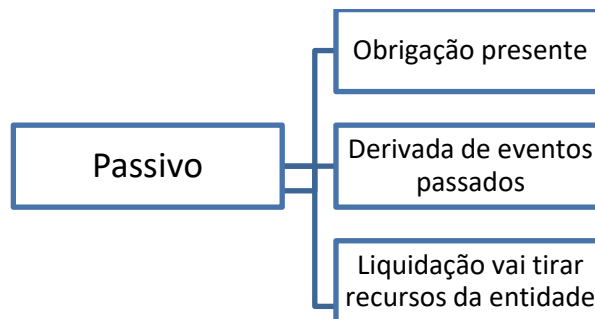
A letra c não é uma provisão. Quando nós temos um empregado, nós sabemos quando ele terá de direito a férias. Não é um passivo de prazo ou valor incerto, pois sabemos o valor e quando ele terá direito.

A letra d é o nosso gabarito. Se um funcionário entra na empresa reclamando valores na justiça, mas não sabemos quando ou por qual valor será julgado, estamos diante do caso de uma provisão.

Gabarito → D.

3.2 - CONCEITO DE PASSIVO “NORMAL”

Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.



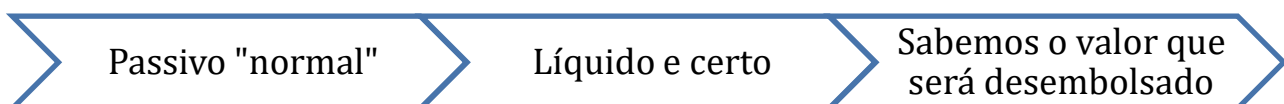
Aqui é simples. Contraímos uma dívida com determinado fornecedor no montante de R\$ 100.000,00. Essa dívida é líquida e certa. Ela terá de ser paga na data estipulada.

É uma obrigação presente, pois foi firmada em um contrato ou em alguma duplicata, gerando o dever de pagamento para quem comprou.

É derivada de eventos passados, qual seja, a compra da mercadoria.

Também quando liquidarmos, tiraremos recursos (dinheiro) da entidade. Esses recursos, se fossem mantidos poderiam ser aplicados em outros tipos de investimentos.

Esse é um passivo “normal”.



(CESPE/TCE-RO/Ciências Contábeis/2013) É denominado passivo o componente patrimonial que constitui uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados. Espera-se

que a liquidação dessa obrigação resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

Gabarito → Correto.

(CESPE/MTE/AFT/2013) A existência de uma obrigação futura é requisito essencial para a contabilização de um passivo.

Comentários:

A obrigação deve ser **presente**.

Gabarito → Errado.

3.3 - CONCEITO DE PASSIVO CONTINGENTE

Passivo contingente é:

(a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou

(b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:

(i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou

(ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

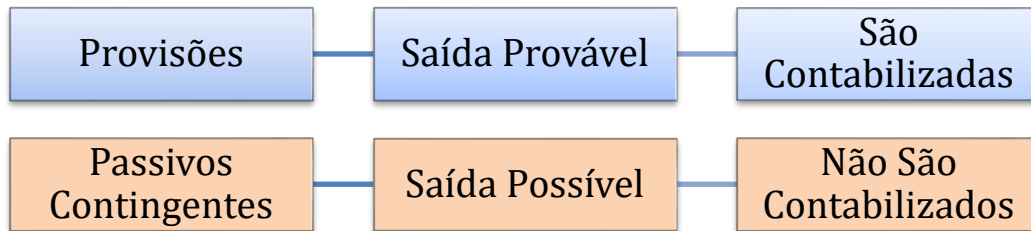
Voltamos ao exemplo do auto de infração que você lavrou contra o contribuinte X, dado logo ali em cima. Naquela situação, era muito provável que a empresa, em determinado momento e por determinado valor, tivesse de desembolsar a quantia ao fisco. A possibilidade de perda era provável.

Aqui não! No passivo contingente, a possibilidade de perda é **possível**, mas é mais para não do que para sim.

Vejam que a definição diz “**não é provável**”. Portanto, diferentemente das provisões, **os passivos contingentes não são contabilizados**.

Essa não contabilização se dá:

- Porque a saída de recursos é somente possível.
- Pois você não consegue estimar com confiabilidade o valor desta obrigação.



3.4 - CONCEITO DE ATIVO CONTINGENTE

Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Outro conceito importantíssimo e que, vez ou outra, assola as provas de concursos e exames.

Imagine agora que, em vez de ser autuado, você descobriu que pagou um valor maior ao Fisco! Sim, se você pagou um tributo a maior, você tem direito à restituição (também conhecida no direito tributário por repetição do indébito).

Você peticionou e está esperando uma resposta do Governo. Todavia, no decurso deste processo, você descobre que há uma série de restrições para que você possa se aproveitar deste valor e avalia que a possibilidade de receber este montante é somente “possível”, ou seja, mais para não do que para sim.

Esta é uma clara hipótese de ativo contingente: a existência do direito será confirmada pela decisão do fisco, que não está sob controle da empresa, a quem só cabe aguardar.

O mesmo ocorreria caso a empresa ingressasse em juízo para receber danos causados por terceiros e o setor responsável julgasse que a possibilidade de ganho era apenas possível (mais para não do que para sim).

Vejam que, ao contrário das provisões e passivos contingentes, o ativo contingente seria, em tese, um direito.

Os ativos contingentes não são contabilizados.



(FGV/Auditor/MP AL/2018) Sobre os ativos contingentes, assinale a afirmativa correta.

- a) São evidenciados no ativo circulante.
- b) São evidenciados no ativo realizável a longo prazo.
- c) São evidenciados no ativo circulante ou no ativo realizável a longo prazo, dependendo do prazo esperado para realização.

d) São avaliados periodicamente para garantir que o desenvolvimento nos processos esteja refletido nas demonstrações contábeis.

e) São ajustados periodicamente pelo valor presente quando o efeito do valor do dinheiro, no tempo, é material.

Comentários:

Como dissemos, os ativos contingentes não são contabilizados.

Portanto, eliminamos as letras a até c.

Quando a letra e, para ajustar algo a valor presente, esse algo também deverá estar contabilizado, o que não é o caso do ativo contingente.

Assim, o nosso gabarito é a letra d.

Como o ativo contingente é divulgado em notas explicativas, periodicamente nós devemos reavaliar para ver se ele está corretamente evidenciado. Se não se tornou algo que deveria ser contabilizado ou se se tornou algo com possibilidade remota de recebimento. Ainda, segundo o CPC 26, as notas explicativas fazem parte do conjunto completo das demonstrações contábeis (apesar de não serem uma demonstração contábil).

Gabarito → D.

3.5 - VAMOS APROFUNDAR OS CONCEITOS

Exemplo de passivo contingente e provisão.



Uma entidade do setor de petróleo causa contaminação, mas efetua a limpeza apenas quando é requerida a fazê-la nos termos da legislação de um país no qual ela opera.

O país no qual ela opera **não** possui legislação requerendo a limpeza, e a entidade vem contaminando o terreno nesse país há diversos anos.

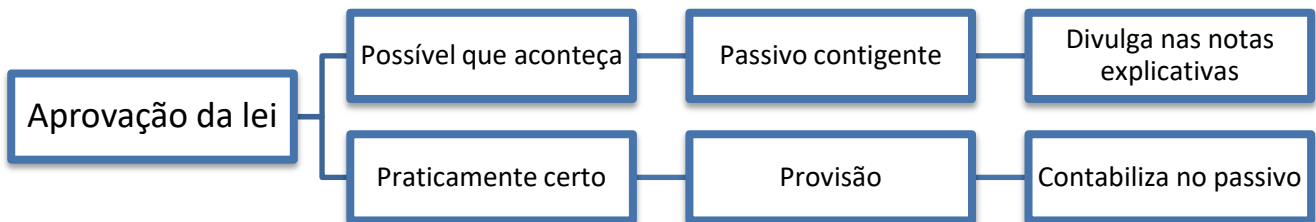
Na metade do ano de 20X0 é possível que um projeto de lei requerendo a limpeza do terreno já contaminado será aprovado após o final do ano.

Deverá a empresa, portanto, **divulgar o fato em nota explicativa, pois se trata de uma obrigação possível no futuro.**

Além disso, o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade e trata-se de uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Contudo, **se fosse praticamente certo** que a lei seria aprovada rapidamente haveria necessidade de se fazer o **reconhecimento de uma provisão pela melhor estimativa dos custos de limpeza**.

A iminência da publicação da lei transforma o passivo contingente em provisão, o que leva ao reconhecimento. A obrigação passa de possível (passivo contingente) para provável (provisão).



A lei foi um exemplo, mas temos de tentar aplicar aos diversos casos práticos. Vejamos:



(FGV/Técnico/SEFIN RO/2018) Como o processo industrial da Cia. X provoca alto impacto ambiental, ela é obrigada, por lei, a trocar suas máquinas, a cada cinco anos.

Caso a sociedade empresária não faça a troca, ela é obrigada a pagar uma multa anual de R\$ 100.000.

A sociedade empresária deveria trocar suas máquinas em 2015. O valor das máquinas era de R\$ 500.000. Como a sociedade empresária não fez a troca, ela considera que o risco de ser autuada é muito alto.

Considerando apenas esse fato, assinale a opção que indica, em 31/12/2015, o total das provisões da Cia. X.

- a) Zero.
- b) R\$ 100.000.
- c) R\$ 500.000.
- d) R\$ 600.000.
- e) R\$ 1.000.000.

Comentários:

Percebam que em 31.12.2015 já existe uma obrigação presente legal com resultado de eventos passados para a entidade. Além disso, o risco de ser autuada é muito alto e a estimativa é confiável. Portanto, a entidade deverá reconhecer uma provisão no valor de R\$ 100.000.

Gabarito → B.

9 - DIFERENÇAS ENTRE PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES:

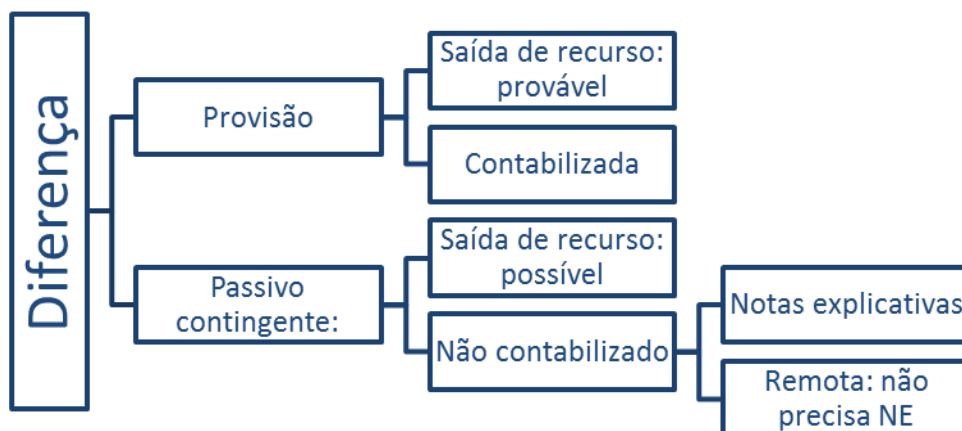
Provisões: São reconhecidas como passivo (presumindo-se que possa ser feita uma estimativa confiável) porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação

Passivos contingentes – que não são reconhecidos como passivo porque são:

- 1) Ainda há de ser confirmado se a entidade tem ou não uma obrigação presente;
- 2) Ou existe a obrigação presente, mas não é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidá-la;
- 3) Ou não pode ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação.

Repito! Este é o ponto mais importante de todo o estudo:

Passivo contingente não é reconhecido, pois a saída de recursos é somente possível. Na provisão, a saída de recursos é provável. As provisões são contabilizadas, e os passivos contingentes não são.



Então, imagine-se que há um processo judicial de natureza trabalhista para o qual não há indícios suficientes se a entidade terá ou não de desembolsar um valor. Não é provável, por enquanto, que haja um desembolso, pois não há uma estimativa confiável. É somente possível um desembolso. Nesta hipótese, teremos um passivo contingente,



(CESPE/CADE/2014) Um passivo contingente deve ser reconhecido quando for decorrente de obrigação presente que resulte de eventos passados devendo as informações desse passivo ser detalhadas em nota explicativa às demonstrações contábeis.

Comentários:

Os passivos contingentes não são reconhecidos (contabilizados).

Gabarito → Errado.

10 - RECONHECIMENTO DAS PROVISÕES

Vamos em frente. Segundo o pronunciamento CPC 25:

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma **obrigação presente (legal ou não formalizada)** como resultado de evento passado;
- (b) seja **provável** que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma **estimativa confiável** do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.



ATENÇÃO
DECORE!

Provisão reconhecida quando

- Obrigação presente
- Estimativa confiável
- Provável saída de recurso

Uma questão sobre o assunto:

(CESPE/FUB/Contabilidade/2015) Não é possível o reconhecimento de provisão caso não possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

Gabarito → Certo

11 - LANÇAMENTO PARA CONSTITUIR A PROVISÃO

Continuando aquele exemplo do auto de infração lavrado por uma autoridade fiscal, vamos supor que o valor da multa foi de R\$ 10.000.000,00.

A empresa fará o lançamento da seguinte maneira:

D – Despesa com provisão tributária (despesa)	10.000.000,00
C – Provisões tributárias (passivo)	10.000.000,00

Razonetes:

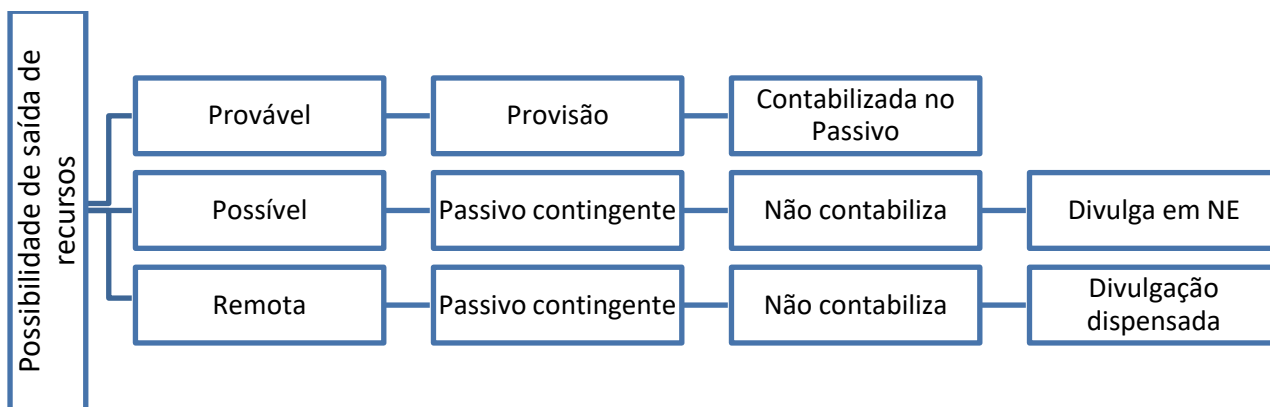
Despesa com prov.		Prov. Tributária	
10000000			10000000

12 - PASSIVO CONTINGENTE

A entidade não deve reconhecer um passivo contingente. Ou seja, o passivo contingente não é contabilizado.

O passivo contingente caracteriza-se por ser uma **saída de recursos possível, mas não provável** (probabilidade do não é maior que a do sim).

Passivos contingentes não são reconhecidos no balanço patrimonial. Sua **divulgação será feita tão-somente em notas explicativas**. E mais, **se essa possibilidade de saída de recursos for remota, dispensada está a entidade da divulgação em notas explicativas**.



(CESGRANRIO/Contador Júnior/Transpetro/2018) A Companhia X&X S.A. tem as seguintes obrigações ao final do exercício de 2017:

- Uma obrigação presente, resultante de eventos passados, e espera-se que seja necessária uma saída provável de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, que é mensurada em bases confiáveis no valor de R\$ 100.000,00;
- Uma obrigação presente, resultante de eventos passados, sem confiabilidade de mensuração no valor de R\$ 60.000,00;

- Uma obrigação presente, resultante de eventos passados, embora não seja provável que uma saída de recursos, que incorporam benefícios econômicos, seja exigida para liquidar a obrigação no valor de R\$ 200.000,00;
- Uma obrigação possível, resultante de eventos passados, cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controle da entidade, no valor de R\$ 50.000,00.

Sendo assim, o total, em reais, a ser divulgado nas Notas Explicativas como passivo contingente é de

- (A) 50.000,00
- (B) 60.000,00
- (C) 260.000,00
- (D) 310.000,00
- (E) 410.000,00

Comentários:

O CPC 25 define que Passivo contingente é:

(a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou

(b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:

(i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou

(ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade

Vamos, agora, efetuar a classificação de cada evento apresentado e assim verificarmos quais serão divulgados em Notas Explicativas como provisão:

- **Uma obrigação presente, resultante de eventos passados, e espera-se que seja necessária uma saída provável de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, que é mensurada em bases confiáveis no valor de R\$ 100.000,00;**

Trata-se, na verdade, de um **passivo normal da entidade** e não passivo contingente. Não nos interessa;

- **Uma obrigação presente, resultante de eventos passados, sem confiabilidade de mensuração no valor de R\$ 60.000,00;**

Aqui estamos diante de um Passivo Contingente, pois é obrigação presente, resultante de eventos passados **não há confiabilidade da mensuração.**

- Uma obrigação presente, resultante de eventos passados, embora não seja provável que uma saída de recursos, que incorporam benefícios econômicos, seja exigida para liquidar a obrigação no valor de R\$ 200.000,00;

Trata-se de um Passivo Contingente, visto que é uma obrigação presente, resultante de eventos passados, embora não seja provável que uma saída de recursos.

- Uma obrigação possível, resultante de eventos passados, cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controle da entidade, no valor de R\$ 50.000,00.

Trata-se de um Passivo Contingente, pois atende à condição prevista no CPC 25.

Portanto, o total reconhecido como Passivo Contingente e divulgado pela empresa será:
 $60.000 + 200.000 + 50.000 = \text{R\$ } 310.000,00$

Gabarito → D

(CESPE/TRT10/Contabilidade/2013) Deve-se reconhecer uma provisão para passivo contingente, caso a entidade preveja a necessidade, ainda que remota, de uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar determinada obrigação.

Comentários:

Apenas quando a possibilidade de saída de recursos seja **provável** é que teremos uma provisão.

Gabarito → Errado.

13 - REAVALIAÇÃO A CADA EXERCÍCIO

Segundo o CPC 25:

59. As provisões devem ser reavaliadas em cada data de balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida.



Portanto, ao término do exercício social, você deve fazer uma reavaliação das provisões e dos passivos contingentes.

Vamos exemplificar:

Ano X1: Provisão constituída – R\$ 10.000.000,00.

Todavia, ao reavaliar, a empresa percebeu que a probabilidade de perda agora é somente possível, no valor de R\$ 4.000.000,00. Portanto, a provisão se tornou um passivo contingente.

Veja, **você não deve reverter somente a diferença, mas sim todo o valor.**

Atenção!

Você não tem mais uma provisão, portanto, nesta hipótese, nada é contabilizado. **Reverte tudo.**

Outro exemplo.

Ano X5: Passivo contingente – R\$ 5.000.000,00.

Não há nada contabilizado, portanto.

Os passivos contingentes não são contabilizados.

Todavia, ao reavaliar, a empresa percebeu que a probabilidade de perda agora é provável, no valor de R\$ 6.000.000,00.

Uma provisão será constituída neste valor.

7.1 - LANÇAMENTO PARA REVERTER A PROVISÃO

Caso seja a hipótese de reverter uma provisão, devemos fazer o lançamento seguinte:

Reversão - Prov.		Prov. Tributária	
	1.000.000	1.000.000	1.000.000

Agora uma questão de cálculo, a FCC adora:



(FCC/Auditor Fiscal/SEFAZ/MA/2016) O Balanço Patrimonial de uma empresa, em 31/12/2014, apresentou o saldo de R\$ 1.200.000,00 na conta representativa das provisões que era composta dos seguintes valores:

Tipo de processo	Provisão reconhecida em 31/12/2014
Trabalhista	R\$ 500.000,00
Tributário	R\$ 700.000,00

Para a elaboração do Balanço Patrimonial de 31/12/2015, as informações obtidas pela empresa sobre os processos existentes em 31/12/2014 e sobre outros que surgiram durante o ano de 2015 são apresentadas na tabela a seguir:

Tipo de processo	Classificação pela empresa em 31/12/2015	Valor estimado em 31/12/2015
Trabalhista	Provável	R\$ 400.000,00
Tributário	Possível	R\$ 200.000,00
Cível	Possível	R\$ 100.000,00
Ambiental	Provável	R\$ 150.000,00

O efeito líquido causado na Demonstração do Resultado de 2015 da empresa relacionado com as provisões foi, em reais:

- (A) aumento de 350.000,00.
- (B) aumento de 450.000,00.
- (C) redução de 850.000,00.
- (D) aumento de 650.000,00.
- (E) redução de 550.000,00.

Comentários:

Segundo o CPC 25:

59. As provisões devem ser reavaliadas em cada data de balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida.

Portanto,

Trabalhista: Reverte R\$ 100.000,00 (receita).

Tributário: Reverte R\$ 700.000,00 (receita).

Por que reverte tudo?

Passou de provisão para passivo contingente.

Cível: Não faz nada, já que é passivo contingente.

Ambiental: Provisão de R\$ 150.000,00 (despesa)

Portanto: $- 150.000 + 700.000 + 100.000 = 650.000,00$ (receita)

Outra forma de resolver:

A empresa tem as seguintes provisões em 31/12/2014:

Tipo de processo	Valor (R\$)
Trabalhista	500.000,00
Tributário	700.000,00
Total	1.200.000,00

Em 2015, deve contabilizar as seguintes provisões (que apresentam possibilidade de desembolso “provável”):

Tipo de processo	Valor (R\$)
Trabalhista	400.000,00
Ambiental	150.000,00
Total	550.000,00

Assim, o valor da provisão deve diminuir de \$1.200.000 para \$550.000, o que representa um ganho (um aumento do resultado) no valor de \$ 650.000 ($\$1.200.000 - \550.000).

Gabarito → D.

14 - ATIVO CONTINGENTE

Segundo o CPC, item 31, **a entidade não deve reconhecer um ativo contingente**. Devem, sim, ser evidenciado em notas explicativas.

31. A entidade não deve reconhecer um ativo contingente

Então, se, por exemplo, você entrou na justiça para reaver um tributo pago a maior, e esse processo está para ser analisado, mas é somente **possível** que o desfecho seja favorável, então, nesta hipótese estamos frente a um ativo contingente, que, como tal, não é contabilizado. Veja, é possível que você ganhe e tenha o direito a receber, mas não é praticamente certo, tampouco provável.

Os **ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade**.

Portanto, ativos contingentes surgem da possibilidade da entrada de benefícios econômicos não esperados ou não planejados.

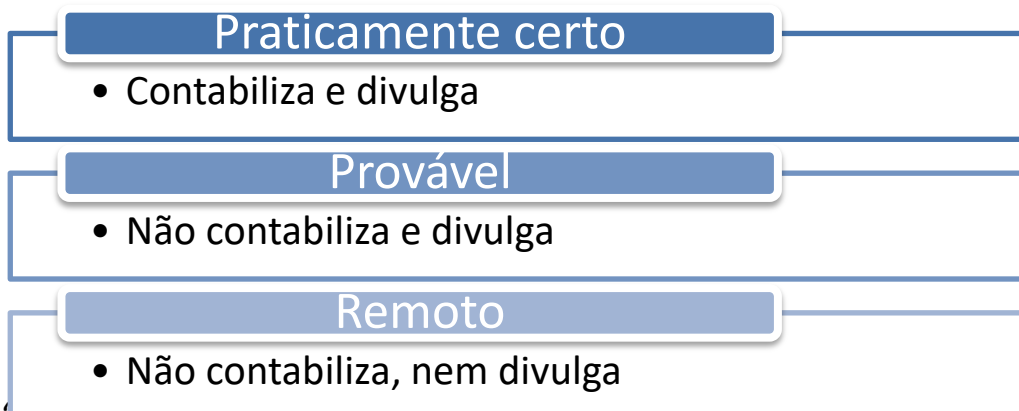


Grave-se: **ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis** até que a realização de ganho seja praticamente certa, hipótese na qual deixaremos de caracterizá-lo como contingente.

É bem parecido com o caso do passivo!

Fica assim:

ATIVO CONTINGENTE



Quanto à ótica da entrada de benefícios econômicos na entidade, fica assim:

- 1) **Praticamente certa:** Nesse caso, não é um ativo contingente. É um ativo normal mesmo! A Empresa contabiliza o ativo.
- 2) **Provável,** mas não praticamente certa: não contabiliza, mas divulga.
- 3) **A entrada não é provável** (é possível ou remota): Não contabiliza e nem divulga.

O CPC aborda exatamente do modo como falamos:

33. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.

Como o assunto é cobrado:



(FBC/Exame de Suficiência/2013/2º) A respeito do Ativo Contingente, conforme a NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, assinale a opção **incorreta**.

- A) A entidade não deve reconhecer um ativo contingente.
- B) O ativo contingente é divulgado em notas explicativas quando for provável a entrada de benefícios econômicos.
- C) Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.
- D) Os ativos contingentes surgem normalmente de evento planejado ou de outros esperados que deem origem à probabilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade.

Comentários:

Todas estão corretas, exceto a letra D:

“Os ativos contingentes surgem normalmente de evento planejado ou de outros esperados que deem origem à probabilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade.”

Errado. Os ativos contingentes surgem normalmente de evento **não planejado ou de outros não esperados (...)**

Gabarito → D

15 - OUTROS CONCEITOS IMPORTANTES PARA O ENTENDIMENTO DO CPC 25

Evento que cria obrigação é um evento que cria uma obrigação legal ou não formalizada que faça com que a entidade não tenha nenhuma alternativa realista senão liquidar essa obrigação.

Aqui funciona assim. A provisão, o passivo “normal” e o passivo contingente surgem de uma **obrigação**, correto? Seja um processo judicial, administrativo, uma lei que está para ser publicada, etc. A isso chamamos de evento que cria obrigação.

Essa obrigação pode surgir através de duas sortes de eventos:

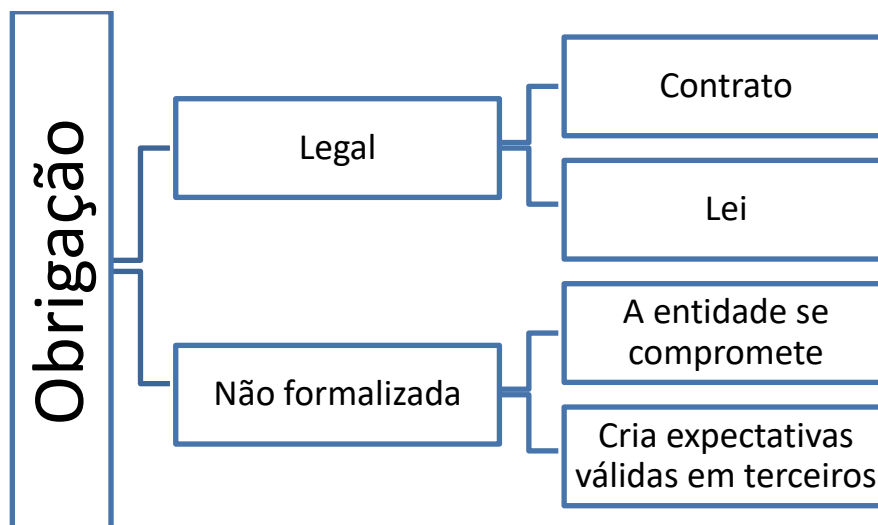
Obrigação legal é uma obrigação que deriva de:

- (a) contrato (por meio de termos explícitos ou implícitos);
- (b) legislação; ou
- (c) outra ação da lei.

Obrigação não formalizada é uma obrigação que decorre das ações da entidade em que:

- (a) por via de padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de declaração atual suficientemente específica, a entidade tenha indicado a outras partes que aceitará certas responsabilidades; e
- (b) em consequência, a entidade cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.





Assim, uma provisão pode surgir, por exemplo, de uma lei que exija determinada conduta da entidade ou de um contato firmado pela empresa.

Todavia, pode surgir também de uma obrigação não formalizada, quando a entidade resolve que irá cortar 50% de seus diretores e anuncia amplamente a medida, comunica os diretores e pessoas envolvidas, gerando expectativas válidas.

(CESPE/Telebrás/2015) Uma companhia aberta criou expectativa válida de um pagamento extra em dinheiro aos seus empregados em data futura ainda não definida. Esse pagamento independeria da ocorrência de eventos futuros incertos, não totalmente sob o controle da companhia.

A respeito dessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

A companhia assumiu uma obrigação não formalizada com os empregados e deve considerar esse compromisso como um passivo contingente.

Comentários:

Como estamos falando de uma expectativa válida, na verdade, se trata de uma provisão.

O pagamento vai ocorrer de qualquer maneira. Todavia, o prazo é incerto.

Gabarito → Errado.

Por que estamos falando disso? Pois é cobrado em provas.

16 - RECONHECIMENTO

Provisão

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Obrigação presente

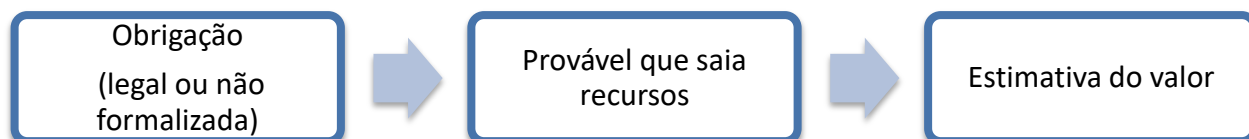
15. Em casos raros não é claro se existe ou não uma obrigação presente. Nesses casos, presume-se que um evento passado dá origem a uma obrigação presente se, levando em consideração toda a evidência disponível, é mais provável que sim do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço.

Evento passado

17. Um evento passado que conduz a uma obrigação presente é chamado de um evento que cria obrigação. Para um evento ser um evento que cria obrigação, é necessário que a entidade não tenha qualquer alternativa realista senão liquidar a obrigação criada pelo evento. Esse é o caso somente:

- (a) quando a liquidação da obrigação pode ser imposta legalmente; ou
- (b) no caso de obrigação não formalizada, quando o evento (que pode ser uma ação da entidade) **cria expectativas válidas em terceiros** de que a entidade cumprirá a obrigação.

Portanto, são requisitos para reconhecermos uma provisão:



Mais uma vez, são requisitos para se reconhecer uma provisão:

- Obrigação presente. A obrigação pode surgir de um termo legal (contrato, lei, ou qualquer outro instrumento que vincule a entidade) ou ser uma obrigação não formalizada.
- Provável que saia recursos da entidade.
- É possível fazer uma estimativa confiável.



(FGV/Analista/Câmara Salvador/2018) Há situações em que uma entidade precisa dar tratamento contábil a transações que geram obrigação para com terceiros, mas que haja incerteza acerca do prazo ou do valor do desembolso futuro necessário para liquidar a obrigação.

No caso de uma ação judicial em que o desembolso por parte da entidade que reporta é considerado provável e razoavelmente estimado, a entidade deve:

- a) tratar como resultado de exercícios futuros;
- b) reconhecer uma provisão pela melhor estimativa;
- c) divulgar em nota explicativa, se considerar relevante;
- d) aguardar a decisão final para reconhecer qualquer obrigação;
- e) reconhecer uma contingência pelo valor histórico de processos semelhantes.

Comentários:

Mais uma vez, são requisitos para se reconhecer uma provisão:

- Obrigação presente. A obrigação pode surgir de um termo legal (contrato, lei, ou qualquer outro instrumento que vincule a entidade) ou ser uma obrigação não formalizada.
- Provável que saia recursos da entidade.
- É possível fazer uma estimativa confiável.

Note-se que a estimativa não precisa ser perfeita, até por que, na provisão, o valor pode ser incerto. Mas deve ser feita a melhor estimativa possível.

Gabarito → B.

9.1 - OBRIGAÇÃO NÃO FORMALIZADA

Dissemos anteriormente que a obrigação que cria uma provisão pode ser **legal**, quando advém de lei ou contrato, ou **não formalizada**.

A obrigação não formalizada não surge de um contrato ou lei, mas sim de um compromisso que a empresa assumiu. Mas como saber se esse compromisso irá gerar uma provisão?

A palavra chave para sabermos se estamos diante ou não de uma obrigação não formalizada é perceber se foi criada **expectativas válidas em terceiros**.

Vamos ver o exemplo através de uma excelente questão da FGV (sempre ela com as melhores questões):



(FGV/Agente de Fiscalização/TCM SP/2015) A Cia. Delta é uma corporação de grande porte, com negócios em diversos países. Nos últimos anos a companhia tem sido duramente criticada por políticos e ativistas, pois adota uma estrutura societária que lhe permite reduzir a carga de impostos recolhidos ao Fisco do país que constitui seu principal mercado de atuação. A repercussão dessas críticas junto aos consumidores prejudicou severamente a reputação da companhia, tendo forte impacto em seus negócios. A fim de mitigar esses danos, em 2015 a Cia. Delta voluntariamente aderiu a um código de conduta empresarial, comprometendo-se a destinar a entidades de assistência social, anualmente, o equivalente a no mínimo um terço a mais de recursos do que sua principal concorrente neste país. Ao final do exercício de 2015, para que a Cia. Delta reconheça uma provisão relativa a esse compromisso, é necessário que ela tenha:

- (A) criado expectativas válidas em terceiros de que cumprirá esse compromisso;
- (B) identificado as entidades assistenciais para as quais pretende destinar esses recursos;
- (C) se comprometido através de contratos com as entidades assistenciais para as quais pretende destinar esses recursos;
- (D) ciência do montante exato que destinará a essas entidades;
- (E) estabelecido um cronograma para o pagamento desses valores.

Comentários:

Evento que cria obrigação é um evento que cria uma obrigação legal ou não formalizada que faça com que a entidade não tenha nenhuma alternativa realista senão liquidar essa obrigação.

Obrigação não formalizada é uma obrigação que decorre das ações da entidade em que:

- (a) por via de padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de declaração atual suficientemente específica, a entidade tenha indicado a outras partes que aceitará certas responsabilidades; e
- (b) **em consequência, a entidade cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.**

Muito bem. **Nessa questão, o evento que cria obrigação é uma obrigação não formalizada.**

É o fato que de a Cia. Delta voluntariamente aderiu a um código de conduta empresarial, comprometendo-se a destinar a entidades de assistência social, anualmente, o equivalente a no mínimo um terço a mais de recursos do que sua principal concorrente neste país.

Para que a Cia. Delta reconheça uma provisão relativa a esse compromisso, é necessário que ela tenha criado expectativas válidas em terceiros de que cumprirá esse compromisso.

Gabarito → A.

17 - RESUMO GERAL

Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos.

Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

Passivo contingente é:

(a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou

(b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:

(i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou

(ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Uma **provisão** deve ser reconhecida quando:

(a) a entidade tem uma **obrigação presente** (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;

(b) seja **provável** que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e

(c) possa ser feita uma **estimativa confiável** do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Se as condições forem satisfeitas, então é um passivo e deve ser contabilizado.

Provisão:
deve ser
reconhecida
quando
houver:

obrigação presente

provável saída de recursos

estimativa confiável

Quadro comparativo – Passivo contingente e Ativo contingente

Passivo Contingente	AÇÃO	Ativo Contingente
Provável	Contabiliza e divulga	Praticamente certo
Possível	Não contabiliza, mas divulga	Provável
Remoto	Não contabiliza e nem divulga	Possível / Remoto

18 - QUESTÕES COMENTADAS

12.1 – FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

1. (FCC/Sabesp/Analista Contábil/2018)

O saldo da conta Provisões evidenciado no Balanço Patrimonial de uma empresa, em 31/12/2016, era composto dos seguintes valores:

Processo	Saldo em 31/12/2016
Ambiental	R\$ 600.000,00
Trabalhista	R\$ 1.080.000,00

Em 31/12/2017 a empresa obteve as seguintes informações sobre os diversos processos a que está respondendo:

Processo	Probabilidade de Perda em 31/12/2017	Valor estimado em 31/12/2017 para as perdas
Ambiental	Provável	R\$ 480.000,00
Trabalhista	Provável	R\$ 800.000,00
Fiscal I (novo)	Possível	R\$ 900.000,00
Fiscal II (novo)	Provável	R\$ 540.000,00

Na Demonstração do Resultado de 2017, o efeito total que a empresa reconheceu, em função das provisões necessárias, foi

- (A) despesa total no valor de R\$ 1.040.000,00.
- (B) receita total no valor de R\$ 400.000,00.
- (C) despesa total no valor de R\$ 1.440.000,00.
- (D) despesa total no valor de R\$ 140.000,00.
- (E) despesa total no valor de R\$ 540.000,00.

Comentários:

A empresa deve provisionar os processos em que a probabilidade de perda seja provável.

Ambiental	480.000
Trabalhista	800.000
Fiscal II	540.000
Total	1.820.000

A provisão anterior era de $1.080.000 + 600.000 = 1.680.000$

Efeito no resultado = $1.840.000 - 1.680.000 = 140.000$

Gabarito → D

2. (FCC/Sabesp/Analista Contábil/2018)

A empresa Novos Problemas S.A. nunca teve problemas com ações de qualquer natureza, mas no ano de 2017 se deparou com alguns processos movidos contra ela. Até o dia 31/12/2017 não ocorreu nenhuma audiência ou julgamento para qualquer dos processos. A assessoria jurídica apresentou para a diretoria da empresa, em 31/12/2017, as informações constantes da tabela a seguir, onde constam a avaliação feita quanto à possibilidade de perda dos diversos processos e os valores prováveis que poderão ser desembolsados pela empresa:

Informações apresentadas em 31/12/2017		
Tipo de Processo	Valor Estimado (R\$)	Probabilidade Perda
Ação por não cumprimento de garantia de produto	5.000.000,00	Provável
Ação Fiscal relativa ao PIS	18.000.000,00	Possível
Ação Fiscal relativa ao ICMS	12.000.000,00	Remota
Ação por danos ambientais	3.000.000,00	Possível
Ações Trabalhistas	12.000.000,00	Provável

Sabendo que os valores estimados para as ações são confiáveis e as probabilidades de perda foram avaliadas com critérios adequados, o valor total que deveria ser evidenciado como provisão no passivo, no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 da empresa Novos Problemas S.A. é, em reais,

- (A) 17.000.000,00.
- (B) 21.000.000,00.
- (C) 50.000.000,00.
- (D) 38.000.000,00.
- (E) 0,00 (zero).

Comentários:

A empresa deve provisionar as ações nas quais seja provável que ocorre desembolso (possibilidade de perda).

Se a possibilidade de perda for possível, a empresa divulga nas notas explicativas, mas não provisiona.

Se a possibilidade de perda for remota, não precisa contabilizar e nem divulgar.

Ações com possibilidade de perda provável:

Ação por não cumprimento de garantia de produto	5.000.000
Ações trabalhistas	12.000.000
Total da provisão	17.000.000

Gabarito → A

3. (FCC/Analista/DPE AM/2018)

O Balanço Patrimonial de 31/12/2014 de uma empresa apresentava o saldo de R\$ 1.100.000,00 na conta Provisões. A composição desta conta era a seguinte:

Provisão reconhecida	Valor registrado em 31/12/2014
Ação trabalhista	R\$ 300.000,00
Ação Fiscal	R\$ 800.000,00

Reavaliando a situação dos dois processos, a empresa identificou, em 31/12/2015, alterações nos valores prováveis, em função de novos fatos analisados. Os novos valores prováveis para estes processos são:

Tipo de processo	Valor estimado em 31/12/2015
Ação trabalhista	R\$ 250.000,00
Ação Fiscal	R\$ 700.000,00

Dois novos processos judiciais surgiram em 2015 contra a empresa e as informações sobre eles são apresentadas a seguir:

Tipo de processo	Avaliação da probabilidade de Perda em 31/12/2015	Valor estimado em 31/12/2015
Ambiental	Provável	R\$ 80.000,00
Cível	Possível	R\$ 100.000,00

O efeito líquido no resultado de 2015 da empresa, relacionado com as provisões necessárias foi, em reais,

- a) redução de 80.000,00.
- b) aumento de 150.000,00.
- c) redução de 180.000,00.
- d) redução de 30.000,00.
- e) aumento de 70.000,00

Comentários:

Mais dos temas mais explorados pela FCC em provas: CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Basicamente, temos três possíveis situações:

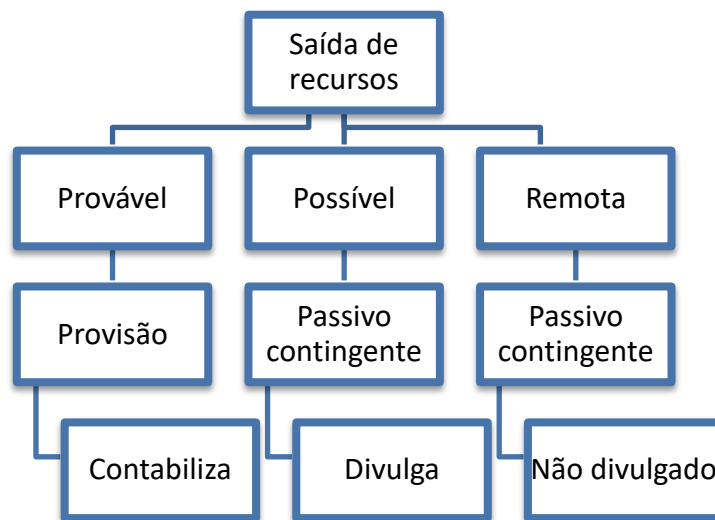
- 1) Se a saída futura de recursos for **provável**, deve ser contabilizado e divulgado em nota explicativa - **Provisão**.
- 2) Se a saída for **possível** (mas não provável), não deve ser contabilizado, mas deve ser divulgado em nota explicativa – **Passivo contingente divulgado**.

3) Se a possibilidade de saída de recursos for **remota**, não deve ser nem contabilizado e nem divulgado – **Passivo contingente não divulgado**.

A grande dificuldade reside na avaliação da possibilidade de saída de recursos. Uma vez estabelecido que a saída é provável, possível ou remota, fica simples estabelecer o correto tratamento contábil.

Ainda é importante mencionar que podemos ter mudanças na classificação dessas situações, o que pode ensejar a constituição ou reversão de novas provisões, como aconteceu na questão.

Esquematizemos:



Vamos analisar cada processo:

Ação Trabalhista:

Saldo Inicial = 300.000, mas foi reavaliado para 250.000 e continua sendo classificada como **Provável = reversão de provisão de 50.000 (receita)**.

Ação Fiscal:

Saldo Inicial = 800.000, mas foi reavaliado para 700.000 e continua sendo classificada como **Provável = reversão de provisão de 100.000 (receita)**.

Ação Ambiental:

Classificada como **Provável**, saldo de R\$ 80.000 = provisão de R\$ 80.000 no período **(despesa)**.

Ação Cível:

Classificada como **Possível**, não deve ser contabilizado, mas deve ser divulgado em nota explicativa.

Efeito no resultado = 50.000 + 100.000 – 80.000 = aumento de 70.000

Gabarito → E

4. (FCC/AL-SE/Analista Legislativo/Contabilidade/2018)

A Cia. Desenrola está respondendo a processos em diversas áreas. Em 31/12/2016, apresentava as seguintes informações sobre seus processos, com valores em reais:

Processo	Montante Estimado (R\$)	Probabilidade Perda
Trabalhista I	400.000	Provável
Fiscal I	220.000	Provável
Cível	100.000	Possível

Para o fechamento do Balanço Patrimonial em 31/12/2017, a Cia. reavaliou os processos nos quais estava envolvida e obteve as seguintes informações, com valores em reais:

Processo	Montante Estimado (R\$)	Probabilidade Perda
Trabalhista I	300.000	Provável
Fiscal I	280.000	Provável
Fiscal II	320.000	Possível
Cível	140.000	Provável
Ambiental	170.000	Remota

Com base nas informações, o impacto no resultado de 2017 decorrente da reavaliação dos processos judiciais foi, em reais,

- (A) 100.000,00 negativo.
- (B) 720.000,00 negativo.
- (C) 40.000,00 positivo.
- (D) 320.000,00 negativo.
- (E) 580.000,00 negativo.

Comentários:

- 1) Se a saída futura de recursos for **provável**, deve ser contabilizado e divulgado em nota explicativa - **Provisão**.
- 2) Se a saída for **possível** (mas não provável), não deve ser contabilizado, mas deve ser divulgado em nota explicativa – **Passivo contingente divulgado**.
- 3) Se a possibilidade de saída de recursos for **remota**, não deve ser nem contabilizado e nem divulgado – **Passivo contingente não divulgado**.

Vamos analisar cada processo:

Trabalhista I:

Saldo Inicial = 400.000, mas foi reavaliado para 300.000 e continua sendo classificada como **Provável = reversão de provisão de 100.000 (receita)**.

Fiscal I:

Saldo Inicial = 220.000, mas foi reavaliado para 280.000 e continua sendo classificada como **Provável = despesa de provisão de 60.000**.

Cível:

Classificada como **Possível**, não era contabilizado, mas foi reclassificado para Provável e com saldo de 140.000. (**Despesa de provisão de 140.000**). Com o saldo anterior não era contabilizado, não há necessidade de reversão ou complementação.

Fiscal II:

Classificada como **Possível**, não é contabilizado, mas divulgado em Notas Explicativas.

Ambiental

Classificada como **Remota**, não é contabilizado, nem divulgado em Notas Explicativas.

Efeito no resultado = 100.000 - 60.000 – 140.000 = efeito negativo de 100.000

Gabarito → A

5. (FCC/Auditor Fiscal/SEFAZ/MA/2016)

O Balanço Patrimonial de uma empresa, em 31/12/2014, apresentou o saldo de R\$ 1.200.000,00 na conta representativa das provisões que era composta dos seguintes valores:

Tipo de processo	Provisão reconhecida em 31/12/2014
Trabalhista	R\$ 500.000,00
Tributário	R\$ 700.000,00

Para a elaboração do Balanço Patrimonial de 31/12/2015, as informações obtidas pela empresa sobre os processos existentes em 31/12/2014 e sobre outros que surgiram durante o ano de 2015 são apresentadas na tabela a seguir:

Tipo de processo	Classificação pela empresa em 31/12/2015	Valor estimado em 31/12/2015
Trabalhista	Provável	R\$ 400.000,00
Tributário	Possível	R\$ 200.000,00
Cível	Possível	R\$ 100.000,00
Ambiental	Provável	R\$ 150.000,00

O efeito líquido causado na Demonstração do Resultado de 2015 da empresa relacionado com as provisões foi, em reais:

- (A) aumento de 350.000,00.
- (B) aumento de 450.000,00.
- (C) redução de 850.000,00.
- (D) aumento de 650.000,00.
- (E) redução de 550.000,00.

Comentários:

Segundo o CPC 25:

59. As provisões devem ser reavaliadas em cada data de balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida.

Portanto,

Trabalhista: Reverte R\$ 100.000,00 (receita).
Tributário: Reverte R\$ 700.000,00 (receita). Por que reverte tudo?
Passou de provisão para passivo contingente.
Cível: Não faz nada, já que é passivo contingente.
Ambiental: Provisão de R\$ 150.000,00 (despesa)

Portanto: $- 150.000 + 700.000 + 100.000 = 650.000,00$ (receita)

Outra forma de resolver:

A empresa tem as seguintes provisões em 31/12/2014:

Tipo de processo	Valor (R\$)
Trabalhista	500.000,00
Tributário	700.000,00
Total	1.200.000,00

Em 2015, deve contabilizar as seguintes provisões (que apresentam possibilidade de desembolso "provável"):

Tipo de processo	Valor (R\$)
Trabalhista	400.000,00
Ambiental	150.000,00
Total	550.000,00

Assim, o valor da provisão deve diminuir de \$1.200.000 para \$550.000, o que representa um ganho (um aumento do resultado) no valor de \$ 650.000 ($\$1.200.000 - \550.000).

Gabarito → D.

6. (FCC/Julgador Administrativo Tributário/SEFAZ PE/2015)

A empresa Processos & Cia. S.A. estava respondendo a alguns processos judiciais, cujas informações estão apresentadas a seguir:

Processo	Provisão Reconhecida em 31/12/2013	Probabilidade de Perda em 31/12/2014	Valor Reestimado da Perda em 31/12/2014
Trabalhista 1	R\$ 100.000,00	Provável	R\$ 80.000,00
Tributário 1	R\$ 180.000,00	Possível	R\$ 100.000,00
Tributário 2	R\$ 0,00	Possível	R\$ 50.000,00
Ambiental 1	R\$ 0,00	Provável	R\$ 40.000,00

Com base nestas informações, a empresa Processos & Cia. S.A. reconheceu, na Demonstração do Resultado de 2014,

- (A) despesa com provisão no valor de R\$ 40.000,00.
- (B) despesa com provisão no valor de R\$ 120.000,00.
- (C) ganho líquido com provisão no valor de R\$ 160.000,00.
- (D) ganho líquido com provisão no valor de R\$ 80.000,00.
- (E) despesa com provisão no valor de R\$ 20.000,00.

Comentários

Temos três possíveis situações:

- 1) Se a saída futura de recursos for **provável**, deve ser contabilizado e divulgado em nota explicativa - **Provisão**.
- 2) Se a saída for **possível** (mas não provável), não deve ser contabilizado, mas deve ser divulgado em nota explicativa – **Passivo contingente divulgado**.
- 3) Se a possibilidade de saída de recursos for **remota**, não deve ser nem contabilizado e nem divulgado – **Passivo contingente não divulgado**.

A grande dificuldade reside na avaliação da possibilidade de saída de recursos. Uma vez estabelecido que a saída é provável, possível ou remota, fica simples estabelecer o correto tratamento contábil.

Para gravar:

Se a saída de recursos for:

Provável: contabiliza e divulga.
Possível: não contabiliza, mas divulga.
Remota: não contabiliza e nem divulga.

Feitas essas considerações, vamos resolver a nossa questão.

Segundo o CPC 25:

59. As provisões devem ser reavaliadas em cada data de balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida.

Quando a probabilidade de perda for:

Provável: contabiliza um passivo e divulga em nota explicativa.
Possível: Não contabiliza, mas divulga. (É um passivo contingente).
Remota: Não contabiliza e nem divulga.

Processo	Provisão Reconhecida em 31/12/2013	Probabilidade de Perda em 31/12/2014	Valor Reestimado da Perda em 31/12/2014
Trabalhista 1	R\$ 100.000,00	Provável	R\$ 80.000,00
Tributário 1	R\$ 180.000,00	Possível	R\$ 100.000,00
Tributário 2	R\$ 0,00	Possível	R\$ 50.000,00
Ambiental 1	R\$ 0,00	Provável	R\$ 40.000,00

Portanto:

- Trabalhista 1: continua provisionando, diminui R\$ 20.000,00 (reversão)
- Tributário 1: era provisão, virou passivo contingente. Reverte os R\$ 180.000,00.
- Tributário 2: passivo contingente, não contabiliza.
- Ambiental 1: constitui nova provisão, no valor de R\$ 40.000,00.

Saldo: + 20.000,00 + 180.000,00 – 40.000,00 = 160.000,00 (receita, ganho líquido)

Gabarito → C.

7. (FCC/Auditor Fiscal/SEFAZ PI/2015)

O departamento jurídico da Empresa Arriscada S.A. apresentou as informações, constantes no quadro abaixo, relativas a diversos processos movidos contra a empresa. Estas informações serão utilizadas para a elaboração do Balanço Patrimonial em 31/12/2013:

Processo	Valor Estimado (R\$)	Probabilidade Perda
Ação Fiscal – ICMS	800.000,00	Possível
Ação Fiscal – IPI	1.500.000,00	Provável
Ação Fiscal – CSSL	3.200.000,00	Possível
Ações Trabalhistas	2.800.000,00	Provável
Processo Ambiental	1.000.000,00	Remota

Sabendo-se que todos os valores estimados são confiáveis e com base nas informações apresentadas, o valor a ser evidenciado como provisão no passivo, no Balanço Patrimonial de 31/12/2013 é, em reais,

- a) 9.300.000,00.
- b) 8.300.000,00.
- c) 4.000.000,00.
- d) 1.000.000,00.
- e) 4.300.000,00.

Comentários:

Questão tranquila!

Dissemos na aula que:

Se a saída de recursos for:

Provável: contabiliza e divulga.

Possível: não contabiliza, mas divulga.

Remota: não contabiliza e nem divulga.

Portanto, contabilizaremos os valores de $1.500.000,00 + 2.800.000,00 = 4.300.000,00$.

Gabarito → E.

8. (FCC/Auditor Fiscal/SEFAZ/RJ/2014)

A empresa Alpha S.A. possuía alguns processos judiciais em andamento, conforme os dados a seguir:

Nº do Processo	Provisão Reconhecida em 31/12/2012	Probabilidade de Perda em 30/06/2013	Valor Estimado da Perda em 30/06/2013
1	R\$ 50.000,00	Provável	R\$ 60.000,00
2	R\$ 30.000,00	Possível	R\$ 40.000,00
3	não há	Possível	R\$ 15.000,00
4	não há	Provável	R\$ 25.000,00

Com base nestas informações, a empresa Alpha S.A. deve, em 30/06/2013, complementar o saldo

(A) da provisão constituída para o processo 1, constituir provisão para os processos 3 e 4 e reverter a provisão constituída para o processo 2.

(B) da provisão constituída para o processo 1, constituir provisão somente para o processo 4 e manter a provisão já constituída para o processo 2.

(C) das provisões constituídas para os processos 1 e 2 e constituir provisões para os processos 3 e 4.

(D) das provisões constituídas para os processos 1 e 2 e constituir provisão somente para o processo 4.

(E) da provisão constituída para o processo 1, constituir a provisão para o processo 4 e reverter a provisão constituída para o processo 2.

Comentários:

Se o desembolso de recursos for:

Provável: contabiliza e divulga

Possível: não contabiliza, mas divulga

Remoto: Não contabiliza e nem divulga

Segundo o CPC 25:

59. As provisões devem ser reavaliadas em cada data de balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida.

Gabarito → E.

9. (FCC/TRF 3ª Região/Contabilidade/2014)

A empresa Enroscada S.A. está respondendo a diversos processos em diversas áreas. Para o fechamento do Balanço Patrimonial em 31/12/12 a contabilidade obteve as seguintes informações:

Processo	Processo	Probabilidade Perda
Processo Trabalhista	200.000,00	Provável
Processo Fiscal 1	370.000,00	Possível
Processo Fiscal 2	440.000,00	Provável
Processo Cível	230.000,00	Possível
Processo Ambiental	160.000,00	Remota

Com base nas informações acima, o valor a ser contabilizado como provisão no passivo é, em R\$,

- A) 1.400.000,00.
- B) 600.000,00.
- C) 1.240.000,00
- D) 760.000,00
- E) 640.000,00

Comentários:

Devem ser contabilizados os processos em que a probabilidade de perda seja provável.

Provável: contabiliza e divulga
Possível: não contabiliza, mas divulga
Remoto: Não contabiliza e nem divulga

Assim, temos:

Processo Trabalhista	200.000,00	Provável
Processo Fiscal 2	440.000,00	Provável

200.000 + 440.000 = 640.000

Gabarito → E

12.3 - FGV

10. (FGV/Auditor/CGM/Niterói/2018)

A diretoria de uma entidade, em 31.01.2017, tomou a decisão de encerrar suas atividades no Estado de Minas Gerais. Em 31.03.2017, um plano para a reestruturação foi concluído e a ação foi comunicada aos funcionários, clientes e fornecedores da entidade.

O encerramento das atividade em Minas Gerais ocorreu em 31.05.2017, quando os ativos localizados no Estado foram colocados à venda. Em 31.07.2017 os ativos da entidade foram vendidos para uma entidade do mesmo ramo que estava se instalando em Minas Gerais. O valor da venda foi recebido em 31.08.2017.

No balanço patrimonial da entidade que encerrou suas atividade, um passivo foi constituído em

- a) 31.01.2017
- b) 31.03.2017
- c) 31.05.2017
- d) 31.07.2017
- e) 31.08.2017

Comentários:

Trata-se de questão sobre CPC 25 – Provisões.

No caso em tela, temos o que chamamos de obrigação não formalizada! Vejam o que diz o CPC:

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

72. Uma obrigação não formalizada para reestruturação surge somente quando a entidade:

- (a) tiver um plano formal detalhado para a reestruturação, identificando pelo menos:
 - (i) o negócio ou parte do negócio em questão,
 - (ii) os principais locais afetados,
 - (iii) o local, as funções e o número aproximado de empregados que serão incentivados financeiramente a se demitir,

(iv) os desembolsos que serão efetuados; e
(v) quando o plano será implantado; e
(b) tiver criado expectativa válida naqueles que serão afetados pela reestruturação, seja ao começar a implantação desse plano ou ao anunciar as suas principais características para aqueles afetados pela reestruturação.

Assim, com a comunicação aos funcionários, clientes e fornecedores, foi criada expectativa válida. Nesta data, portanto, reconheceremos uma provisão pela melhor estimativa dos gastos necessários para encerrar as atividades.

Gabarito → B.

11. (FGV/Agente de Fiscalização/TCM SP/2015)

A Cia. Delta é uma corporação de grande porte, com negócios em diversos países. Nos últimos anos a companhia tem sido duramente criticada por políticos e ativistas, pois adota uma estrutura societária que lhe permite reduzir a carga de impostos recolhidos ao Fisco do país que constitui seu principal mercado de atuação. A repercussão dessas críticas junto aos consumidores prejudicou severamente a reputação da companhia, tendo forte impacto em seus negócios. A fim de mitigar esses danos, em 2015 a Cia. Delta voluntariamente aderiu a um código de conduta empresarial, comprometendo-se a destinar a entidades de assistência social, anualmente, o equivalente a no mínimo um terço a mais de recursos do que sua principal concorrente neste país. Ao final do exercício de 2015, para que a Cia. Delta reconheça uma provisão relativa a esse compromisso, é necessário que ela tenha:

- (A) criado expectativas válidas em terceiros de que cumprirá esse compromisso;
- (B) identificado as entidades assistenciais para as quais pretende destinar esses recursos;
- (C) se comprometido através de contratos com as entidades assistenciais para as quais pretende destinar esses recursos;
- (D) ciência do montante exato que destinará a essas entidades;
- (E) estabelecido um cronograma para o pagamento desses valores.

Comentários:

A resposta está no Pronunciamento CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos.

Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

Evento que cria obrigação é um evento que cria uma obrigação legal ou não formalizada que faça com que a entidade não tenha nenhuma alternativa realista senão liquidar essa obrigação.

Obrigação legal é uma obrigação que deriva de:

- (a) contrato (por meio de termos explícitos ou implícitos);
- (b) legislação; ou
- (c) outra ação da lei.

Obrigação não formalizada é uma obrigação que decorre das ações da entidade em que:

- (a) por via de padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de declaração atual suficientemente específica, a entidade tenha indicado a outras partes que aceitará certas responsabilidades; e
- (b) **em consequência, a entidade cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.**

Muito bem. Nessa questão, o evento que cria obrigação é uma obrigação não formalizada. É o fato que de a Cia. Delta voluntariamente aderiu a um código de conduta empresarial, comprometendo-se a destinar a entidades de assistência social, anualmente, o equivalente a no mínimo um terço a mais de recursos do que sua principal concorrente neste país.

Para que a Cia. Delta reconheça uma provisão relativa a esse compromisso, é necessário que ela tenha criado expectativas válidas em terceiros de que cumprirá esse compromisso.

Gabarito → A.

12. (FGV/Analista Contábil/ DPE – RO/2015)

Nas demonstrações financeiras do ano de X1, a companhia de automóveis japonesa Cainaxon apresentou o maior prejuízo de sua história. Pressionado pelo Conselho de Administração, o presidente da companhia apresentou um plano de reestruturação:

- 1) Encerramento das unidades deficitárias nos anos de X2 e X3;
- 2) Programa de demissão da metade dos executivos com início em 01/01/X3;
- 3) Construção de um prédio administrativo;
- 4) Encerramento do contrato de aluguel do prédio administrativo no momento em que o novo prédio ficar pronto.

Considerando que todas as medidas foram aprovadas pelo conselho de administração no primeiro semestre de X2, deverão ser provisionadas no balanço do segundo trimestre de X2 a(s) seguinte(s) medidas:

- (A) nenhuma;
- (B) apenas 1 e 4;

- (C) apenas a 2;
- (D) apenas a 4;
- (E) todas as medidas com mensuração confiável

Comentários:

Conforme o pronunciamento CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

Evento que cria obrigação é um evento que cria uma **obrigação legal ou não formalizada** que faça com que a entidade não tenha nenhuma alternativa realista senão liquidar essa obrigação.

Quando surge um “evento que cria obrigação”, a empresa deve reconhecer (contabilizar) um passivo ou uma provisão. Um evento que cria obrigação pode se originar de **obrigação legal** ou **obrigação não formalizada**.

Vejamos as definições, conforme o CPC 25:

Obrigação legal é uma obrigação que deriva de:

- (a) contrato (por meio de termos explícitos ou implícitos);
- (b) legislação; ou
- (c) outra ação da lei.

Obrigação não formalizada é uma obrigação que decorre das ações da entidade em que:

- (a) por via de padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de declaração atual suficientemente específica, a entidade tenha indicado a outras partes que aceitará certas responsabilidades; e
- (b) em consequência, a entidade cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

É fácil entender a “obrigação legal”. A empresa assina um contrato e aluga um imóvel (vai ter que pagar o aluguel), emite um pedido e compra mercadoria (vai ter que pagar o que comprou) e assim por diante.

Mas a “obrigação não formalizada” não é tão simples assim. O ponto chave neste tipo de obrigação é “criar expectativa válidas nas outras partes”.

Um exemplo para explicar melhor: digamos que a empresa X tenha 5 fábricas no Brasil e resolva efetuar uma reestruturação em suas operações e fechar uma de suas fábricas.

A decisão de reestruturar as operações e fechar uma fábrica não gera uma provisão. A empresa pode mudar de ideia e desistir do fechamento da fábrica. Não existe ainda uma “obrigação presente, derivada de eventos já ocorridos”.

A situação muda quando a empresa **inicia a reestruturação ou quando comunicar a sua decisão e gerar expectativas válidas nas outras partes**. Nesse caso, a empresa deve efetuar uma provisão, pois a decisão se torna obrigação não formalizada.

Muito bem. Vamos analisar as medidas para verificar a necessidade de provisão:

“1) Encerramento das unidades deficitárias nos anos de X2 e X3;”

Item de difícil julgamento. Há dois exemplos desse tipo de situação no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

Exemplo 5A – Fechamento de divisão – nenhuma implementação antes do fechamento do balanço

Em 12 de dezembro de 20X0, o conselho da entidade decidiu encerrar as atividades de uma divisão.

Antes do fechamento do balanço (31 de dezembro de 20X0), a decisão não havia sido comunicada a qualquer um dos afetados por ela, e nenhuma outra providência havia sido tomada para implementar a decisão.

Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – Não há evento que gera obrigação e, portanto, não há obrigação.

Conclusão – Nenhuma provisão é reconhecida (ver itens 14 e 72).

Exemplo 5B – Fechamento de divisão – comunicação/ implementação antes do fechamento do balanço

Em 12 de dezembro de 20X0, o conselho da entidade decidiu encerrar as atividades de uma divisão que produz um produto específico.

Em 20 de dezembro de 20X0, um plano detalhado para o fechamento da divisão foi aprovado pelo conselho; cartas foram enviadas aos clientes alertando-os para procurar uma fonte alternativa de fornecimento, e comunicações diversas sobre demissões foram enviadas para o pessoal da divisão.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – O evento que gera a obrigação é a comunicação da decisão aos clientes e empregados, o que dá origem a uma obrigação não formalizada a partir dessa data, porque cria uma expectativa válida de que a divisão será fechada.

Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – Provável.

Conclusão – Uma provisão é reconhecida em 31 de dezembro de 20X0 pela melhor estimativa dos custos de fechamento da divisão (ver itens 14 e 72).

A diferença entre o exemplo 5 A e o 5B é a elaboração do plano detalhado e sua comunicação. Na nossa questão, o presidente da companhia apresentou um plano de reestruturação que foi aprovado pelo conselho de administração da empresa.

Dessa forma, ainda não ocorreu o planejamento detalhado e a comunicação aos clientes, o que não gera provisão, conforme o exemplo 5A.

“2) Programa de demissão da metade dos executivos com início em 01/01/X3;”

O presidente da companhia apresentou um plano de reestruturação que foi aprovado pelo conselho de administração da empresa. Portanto, os funcionários já estão cientes do programa de demissão de metade dos executivos. Já existe expectativa válida de válida nessas outras partes de que a empresa cumprirá com essas responsabilidades.

Portanto, deve ser provisionado.

“3) Construção de um prédio administrativo;”

Trata-se de construção de ativo da empresa. Deve ser contabilizado à medida em que ocorram os gastos. Não gera provisão.

“4) Encerramento do contrato de aluguel do prédio administrativo no momento em que o novo prédio ficar pronto.”

Vamos supor que o encerramento do contrato de aluguel do prédio administrativo gere uma multa equivalente a três meses de aluguel. A empresa pretende construir um prédio e depois disso encerrar o contrato.

Isso não gera nenhuma provisão. A empresa pode mudar de ideia e não encerrar o contrato. O valor só será devido quando ocorrer o cancelamento.

Em outras palavras, não há obrigação presente resultante de fatos ocorridos, o que caracteriza um passivo.

Assim, apenas o item 2 será provisionado.

Gabarito → C

13. (FGV/DPE RJ/Técnico superior – Ciências Contábeis/2014)

A Companhia Revender vendeu um serviço de instalação elétrica à empresa Sem Luz. Para a execução do serviço, a Revender contratou a empresa Azarada para prestar o serviço. Durante a prestação de serviço, por descuido dos funcionários da Azarada, houve um curto circuito, ocasionando um incêndio no prédio da Sem Luz. Devido ao ocorrido, a Sem Luz entrou com um processo judicial indenizatório cobrando o valor de \$ 200.000 por danos materiais contra a Revender. Por sua vez, a Revender entrou com um processo no mesmo valor contra a Azarada.

O advogado da Revender informou que o processo movido pela Sem Luz é uma contingência com perda provável de \$ 100.000. Quanto ao processo judicial contra a Azarada, segundo a avaliação do advogado, é possível que a integralidade da indenização seja recebida pela Revender.

Considerando o caso acima, o registro na contabilidade da Revender é

- (A) D – Despesas operacionais (DRE) - \$ 200.000
C – Provisões para riscos cíveis (Passivo) - \$ 200.000
- (B) D – Despesas operacionais (DRE) - \$ 100.000
C – Provisões para riscos cíveis (Passivo) - \$ 100.000
- (C) D – Contingências ativas (Ativo) - \$ 200.000
C – Provisões para riscos cíveis (Passivo) - \$ 200.000
- (D) D – Contingências ativas - \$ 100.000
C – Provisões para riscos cíveis (Passivo) - \$ 100.000
- (E) D – Contingências ativas - \$ 200.000
C – Provisões para riscos cíveis (Passivo) - \$ 100.000
C – Outras receitas operacionais (DRE) - \$ 100.000

Comentários:

Muito bem. Vamos resumir as informações:

- Sem Luz contrata Revender para serviços de instalações elétricas.
- Revender repassa parte do serviço para Azarada.
- Descuido de funcionários da Azarada ocasiona um incêndio.
- Sem Luz processa Revender em 200.000.
- Revender processa Azarada em 200.000.

A empresa Revender, portanto, está respondendo a um processo, em função da ação da Sem Luz, e ao mesmo tempo move um processo contra a Azarada.

“O advogado da Revender informou que o processo movido pela Sem Luz é uma contingência com perda provável de \$ 100.000”. A palavra-chave, aqui, é “Provável”.

Se a empresa estiver sendo processada e o desembolso de recursos for “PROVÁVEL”, a empresa contabiliza e divulga em Nota Explicativa.

Se o desembolso de recursos for “POSSÍVEL”, a empresa não contabiliza, mas divulga.

E se for “REMOTO”, a empresa nem contabiliza e nem divulga.

Como a perda de 100.000 é “provável”, a Revender deverá contabilizar:

D – Despesa (resultado)	100.000
C – Provisão (passivo)	100.000

“Quanto ao processo judicial contra a Azarada, segundo a avaliação do advogado, é possível que a integralidade da indenização seja recebida pela Revender.”

Aqui, temos um Ativo Contingente. Um Ativo Contingente não deve ser contabilizado.

Mas, se a possibilidade de recebimento de recursos for “praticamente certa”, então não se trata de ativo contingente. Nesse caso, a empresa contabiliza e divulga em Notas Explicativas.

Se o recebimento de recursos for “Provável”, a empresa não contabiliza, mas divulga em Nota Explicativa.

E se a entrada de recursos for “Possível” ou “Remota”, a empresa não contabiliza e nem divulga.

Como é “possível” que a indenização seja recebida, não deverá ser contabilizada e nem divulgada.

Passivo contingente

Provável: Contabiliza e Divulga

Possível: Não contabiliza, mas divulga

Remoto: Não contabiliza e nem divulga

Ativo Contingente

Praticamente certo: Contabiliza e Divulga

Provável: Não contabiliza, mas divulga

Possível: Não contabiliza e nem divulga

A resposta, portanto, é a letra B:

D – despesas operacionais (DRE) –	\$ 100.000
C – provisões para riscos cíveis (Passivo) –	\$ 100.000

Gabarito → B

14. (FGV/Técnico Nível Superior/AL/BA/2014)

O empregado de determinada entidade entrou na Justiça em 2012, cobrando horas extras não remuneradas relativas ao ano de 2011. No julgamento realizado pela administração, com apoio dos consultores jurídicos, foi definido que o risco de perda era remoto.

Em 2013, a Justiça determinou que a entidade deve pagar as horas extras trabalhadas para o empregado. Estas foram pagas em 2014.

O fato gerou uma diminuição no resultado da entidade no ano de:

a) 2011.

b) 2012.

- c) 2013.
- d) 2014.
- e) Não há diminuição no resultado da entidade em nenhum ano.

Comentários:

A ação na justiça é um Passivo Contingente. Quando a possibilidade de desembolso de um passivo contingente for:

Provável: a empresa contabiliza e divulga em Nota Explicativa.
Possível: empresa não contabiliza, mas divulga
Remoto: não contabiliza e nem divulga

Em 2012, os consultores jurídicos consideraram que o risco de perda era remoto. Nesse caso, a empresa não contabiliza e não divulga.

Em 2013, a Justiça determinou que a empresa deve pagar. Com base na decisão da Justiça, a empresa provisiona a perda, diminuindo o resultado:

D – Despesa com ação trabalhista (Resultado)
C – Ações trabalhista a pagar ou Provisão para ações trabalhista (Passivo)

Portanto, a diminuição do resultado ocorre em 2013. Em 2014 (quando do pagamento) haverá apenas fato permutativo, sem afetar o resultado:

D - Ações trabalhista a pagar (passivo)
C –Caixa ou banco (Ativo)

Gabarito → C.

15. (FGV/Auditor Fiscal/SEFAZ/RJ/2010)

A Cia Nova Friburgo recebeu em dezembro de 2009 uma intimação de um cliente por um produto comprado ter apresentado defeito. Os departamentos contábil e jurídico da empresa analisaram a intimação, apresentaram a defesa e julgaram que a perda da causa é possível. Ao mesmo tempo, foi verificado que se a Cia Friburgo tiver que pagar a indenização ao cliente, ela poderá exigir o ressarcimento de cerca de 80% do valor da indenização cobrada para a empresa fornecedora de matéria prima. No momento da elaboração das Demonstrações Contábeis de 31.12.2009 a empresa, de acordo com as normas contábeis brasileiras apresentadas no Pronunciamento CPC25, aprovado pelo CFC, analisou a situação e adotou o seguinte procedimento:

- (A) a empresa efetuou a Provisão para Contingências pelo valor de 100% da indenização cobrada.
- (B) a empresa apresentou sua posição em notas explicativas.

- (C) a empresa não teve obrigação de evidenciar o fato.
- (D) a empresa efetuou a Provisão para Contingências pelo valor de 20% da indenização cobrada.
- (E) a empresa constituiu uma Reserva para Contingência pelo valor de 100% da indenização cobrada.

Comentários:

“A Cia Nova Friburgo recebeu em dezembro de 2009 uma intimação de um cliente por um produto comprado ter apresentado defeito. Os departamentos contábil e jurídico da empresa analisaram a intimação, apresentaram a defesa e julgaram que a perda da causa é **POSSÍVEL**. Ao mesmo tempo, foi verificado que se a Cia Friburgo tiver que pagar a indenização ao cliente, ela poderá exigir o ressarcimento de cerca de 80% do valor da indenização cobrada para a empresa fornecedora de matéria prima”.

Trata-se, portanto, de saída de recursos “possível”. Logo, deve ser reconhecido um passivo contingente, divulgando o fato em notas explicativas.

Gabarito → B.

16. (FGV/Analista de Controle Interno/SEFAZ/RJ/2011)

Assinale o tratamento contábil que deve ser aplicado de acordo com as normas contábeis brasileiras.

- A) Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada possível e reconhece uma Reserva para Contingência.
- B) Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada remota e reconhece uma Reserva para Contingência.
- C) Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada provável e constitui uma Reserva para Contingência.
- D) Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada provável e constitui uma Provisão para Contingências.
- E) Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada remota e reconhece uma Provisão para Contingências.

Comentários:

Já vimos na questão anterior esse resumo:

Saída de recurso:

Provável: reconhece (contabiliza) uma provisão e divulga.
Possível: Não contabiliza, mas divulga.
Remota: Não contabiliza e nem divulga.

Portanto, o gabarito é a letra D: Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada provável e constitui uma Provisão para Contingências.

Gabarito → D

17. (FGV/Contador/SUDENE/PE/2013)

O termo a ser utilizado para o julgamento de contingências ativas referente a decisões judiciais favoráveis para a entidade, sobre as quais não cabem mais recursos é

- (A) remota.
- (B) provável.
- (C) possível.
- (D) praticamente certo.
- (E) certo.

Comentários:

Esse item será visto mais à frente!

Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Segundo o CPC 25, item 31, a entidade não deve reconhecer um ativo contingente.

Devem, sim, ser evidenciados em notas explicativas.

Os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Um exemplo é uma reivindicação que a entidade esteja reclamando por meio de processos legais, em que o desfecho seja incerto (item 32).

Portanto, ativos contingentes surgem da possibilidade da entrada de benefícios econômicos não esperados ou não planejados.

Grave-se: ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis até que a realização de ganho seja **praticamente certa**, hipótese na qual deixaremos de caracterizá-lo como contingente.

Gabarito → D.

18. (FGV/Auditor Fiscal/ISS Cuiabá/2014)

Em dezembro de 2013, a administração de determinada empresa decidiu encerrar as atividades em uma de suas unidades a partir de 2014, a fim de cortar custos. A notícia foi mantida em sigilo, sendo que apenas os diretores e o contador sabiam dos planos para esta unidade. Dado que os custos com rescisões trabalhistas eram estimados em R\$ 300.000,00 e, com outros gastos, em R\$ 150.000,00, o procedimento correto em 31/12/2013 foi

- (A) contabilizar uma provisão de R\$ 150.000,00.
- (B) contabilizar uma provisão de R\$ 225.000,00.
- (C) contabilizar uma provisão de R\$ 300.000,00.
- (D) contabilizar uma provisão de R\$ 450.000,00.
- (E) não contabilizar a provisão.

Comentários:

A questão busca conhecimentos do CPC 25 – Provisões, que passamos a explicar.

Segundo a referida norma:

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou **não formalizada**) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

O CPC ainda define o conceito de reestruturação, dizendo:

Reestruturação é um programa planejado e controlado pela administração e que altera materialmente:

- (a) o âmbito de um negócio empreendido por entidade; ou
- (b) a maneira como o negócio é conduzido.

E continua...

70. Exemplos de eventos que podem se enquadrar na definição de reestruturação são:

- (a) venda ou extinção de linha de negócios;
- (b) fechamento de locais de negócios de um país ou região ou a realocação das atividades de negócios de um país ou região para outro;
- (c) mudanças na estrutura da administração, por exemplo, eliminação de um nível de gerência; e
- (d) reorganizações fundamentais que tenham efeito material na natureza e no foco das operações da entidade.

Portanto, não resta dúvida de que se trata de uma operação de reestruturação. A questão gira agora em torno do reconhecimento ou não uma provisão. Vejamos...

71. Uma provisão para custos de reestruturação deve ser reconhecida somente quando são cumpridos os critérios gerais de reconhecimento de provisões estabelecidos no item

14. Os itens 72 a 83 demonstram como os critérios gerais de reconhecimento se aplicam às reestruturações.

Portanto, a questão pairaria sobre se a decisão da administração em encerrar as atividades seria uma obrigação presente **não formalizada** com escopo no artigo 14, a, do CPC 25.

Agora, vem o ponto chave para resolução da questão. Com fulcro no que diz o Pronunciamento:

75. Uma decisão de reestruturação da administração ou da diretoria tomada antes da data do balanço não dá origem a uma obrigação não formalizada na data do balanço, a menos que a entidade tenha, antes da data do balanço:

- (a) começado a implementação do plano de reestruturação; ou
- (b) anunciado as principais características do plano de reestruturação àqueles afetados por ele, de forma suficientemente específica, criando neles expectativa válida de que a entidade fará a reestruturação.

Com efeito, uma vez que a administração da entidade manteve as informações em sigilo, não cabe falar das exceções previstas nos itens a e b do item 75.

Portanto, nenhuma provisão há que ser reconhecida.

Gabarito → E

19. (FGV/Técnico Nível Superior/AL/BA/2014)

Uma empresa possuía escritórios em cinco estados brasileiros. Em 01/12/2013, a alta direção desta empresa decidiu pela descontinuidade de suas operações em dois importantes estados, com a transferência das operações para outros estados, inclusive deslocando pessoal. Na ocasião, as principais linhas do plano foram aprovadas e, na semana seguinte, divulgadas para as partes envolvidas.

A empresa contabilizou uma provisão para reestruturação. Nessa provisão deve estar incluído:

- a) o remanejamento da equipe para os três outros polos.
- b) o pagamento de indenização para os empregados desligados das unidades descontinuadas.
- c) o investimento em novos sistemas e redes de distribuição.
- d) o pagamento de treinamento para os empregados das unidades que irão ter sua carga de trabalho ampliada.
- e) o marketing realizado nos três estados remanescentes.

Comentários:

Nesta questão, as “principais linhas do plano foram aprovadas e, na semana seguinte, divulgadas para as partes envolvidas.” Existe, portanto, uma obrigação não formalizada, em virtude da comunicação a terceiros.

Vejamos agora o que entra na provisão, conforme o pronunciamento CPC 25:

80. A provisão para reestruturação deve incluir somente os desembolsos diretos decorrentes da reestruturação, que simultaneamente sejam:

- (a) necessariamente ocasionados pela reestruturação; e
- (b) não associados às atividades em andamento da entidade.

81. **A provisão para reestruturação não inclui custos como:**

- (a) novo treinamento ou remanejamento da equipe permanente;
- (b) marketing; ou
- (c) investimento em novos sistemas e redes de distribuição.

Esses desembolsos relacionam-se com a conduta futura da empresa e não são passivos de reestruturação na data do balanço. Tais desembolsos devem ser reconhecidos da mesma forma que o seriam se surgissem independentemente da reestruturação.

Assim, não entra na provisão:

- treinamento (podemos descartar a letra D)
- remanejamento da equipe (descartar letra A)
- marketing (descartar letra E)
- investimento em novos sistemas (descartar letra C)
- redes de distribuição

Sobrou só a letra B, que é o gabarito.

Gabarito → B.

12.3 - CESPE

20. (CESPE/Auditor/TCM BA/2018)

Segundo o CPC 25, um passivo deve ser reconhecido quando a sua ocorrência for provável, isto é, quando a probabilidade da sua ocorrência for:

- A) igual a 20%
- B) superior a 20% e inferior a 30%.
- C) superior a 30% e inferior a 40%.
- D) superior a 40% e inferior a 50%.
- E) superior a 50%.

Comentários:

De acordo com o CPC 25, para que um passivo se qualifique para reconhecimento, é necessário haver não somente uma obrigação presente, mas também a probabilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar essa obrigação.

Uma saída de recursos ou outro evento é considerado como **provável** se o evento for **mais provável que sim do que não de ocorrer**, isto é, se a **probabilidade de que o evento ocorrerá for maior do que a probabilidade de isso não acontecer**.

Em termos matemáticos, a **probabilidade de ocorrer deve ser superior a 50%**.

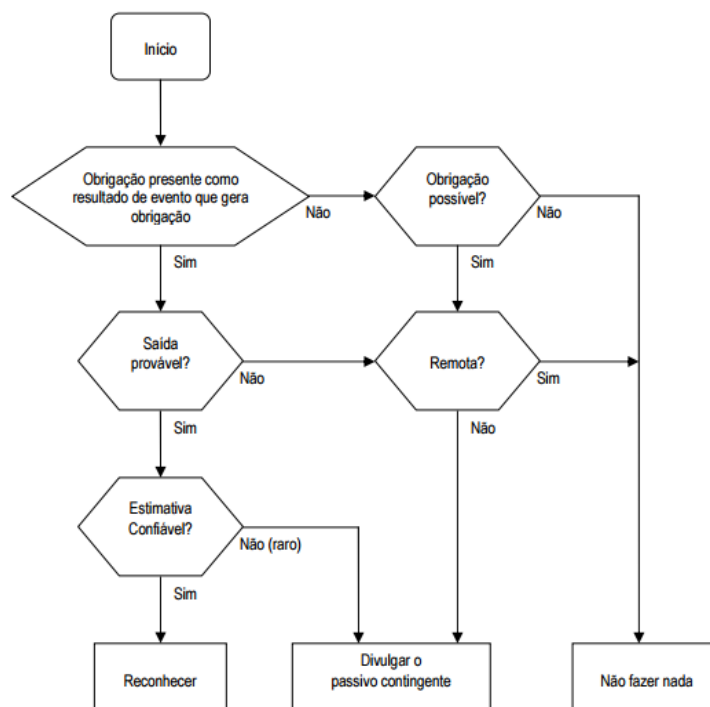
Gabarito → E

21. (CESPE/SEDF/Analista/2017)

Um fabricante deve registrar um passivo líquido e certo relativo às garantias de reparo ou troca de seus produtos, dadas aos compradores, se, pela sua experiência passada, for provável — ou seja, mais provável que sim do que não — que algumas garantias serão executadas pelos compradores.

Comentários:

A questão trouxe um exemplo que está no CPC 25. Esse pronunciamento traz um mapa ilustrativo para sabermos se estamos ou não frente a um caso de reconhecimento de provisão. Vejam:



Exemplo 1 – Garantia

Um fabricante dá garantias no momento da venda para os compradores do seu produto. De acordo com os termos do contrato de venda, o fabricante compromete a consertar, por reparo ou substituição, defeitos de produtos que se tornarem aparentes dentro de três anos desde a data da venda. De acordo com a experiência passada, é provável (ou seja, mais provável que sim do que não) que haverá algumas reclamações dentro das garantias.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – O evento que gera a obrigação é a venda do produto com a garantia, o que dá origem a uma obrigação legal.

Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – Provável para as garantias como um todo. Ou seja, ainda que a possibilidade de um determinado produto quebrar seja pequena, a possibilidade de que alguns quebrem durante o período da garantia é alta, considerando-se o conjunto de todos os produtos vendidos.

Conclusão – A **provisão é reconhecida** pela melhor estimativa dos custos para consertos de produtos com garantia vendidos antes da data do balanço.

Portanto, o fabricante não irá reconhecer um passivo Líquido e certo, mas uma **provisão** que é um passivo de valor ou prazo incertos.

Gabarito → **Errado**

22. (CESPE/Perito Criminal Ciências Contábeis/PC-PE/2016)

Acerca do reconhecimento e da divulgação de ativos e passivos, assinale a opção correta.

- a) Um passivo trabalhista só será objeto de registro contábil quando do trânsito em julgado da sentença condenatória.
- b) Registra-se em passivo não circulante a existência de uma obrigação presente com remota probabilidade de saída de recursos.
- c) Existindo uma obrigação presente, mas que apenas provavelmente vá requerer uma saída de recursos para sua liquidação, não se registra uma provisão, porém divulga-se informação pertinente em nota explicativa.
- d) Se um ingresso de benefícios econômicos for praticamente certo, um ativo contingente deverá ser reconhecido.
- e) Caso uma entrada de benefício econômico não seja provável, nenhum ativo deverá ser reconhecido ou divulgado.

Comentários:

a) Um passivo trabalhista só será objeto de registro contábil quando do trânsito em julgado da sentença condenatória.

Item incorreto. Um passivo pode ser reconhecido como uma provisão se atendidos os requisitos do CPC 25. Lembrando que provisão é um passivo de prazo ou valor incerto.

b) Registra-se em passivo não circulante a existência de uma obrigação presente com remota probabilidade de saída de recursos.

Item incorreto. Neste caso, estamos diante de um passivo contingente não divulgado.

c) Existindo uma obrigação presente, mas que apenas provavelmente vá requerer uma saída de recursos para sua liquidação, não se registra uma provisão, porém divulga-se informação pertinente em nota explicativa.

Item incorreto. Uma obrigação presente provável dá origem a uma provisão, que é sim contabilizada.

d) Se um ingresso de benefícios econômicos for praticamente certo, um ativo contingente deverá ser reconhecido.

A entidade não reconhece um ativo contingente.

31. A entidade não deve reconhecer um ativo contingente.

32. Os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Um exemplo é uma reivindicação que a entidade esteja reclamando por meio de processos legais, em que o desfecho seja incerto.

33. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado. 34. O ativo contingente é divulgado, como exigido pelo item 89, quando for provável a entrada de benefícios econômicos.

e) Caso uma entrada de benefício econômico não seja provável, nenhum ativo deverá ser reconhecido ou divulgado. Este é o nosso gabarito.

São caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, há um ativo possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.		
A entrada de benefícios econômicos é praticamente certa.	A entrada de benefícios econômicos é provável, mas não praticamente certa.	A entrada não é provável.
O ativo não é contingente (item 33).	Nenhum ativo é reconhecido (item 31).	Nenhum ativo é reconhecido (item 31).
	Divulgação é exigida (item 89).	Nenhuma divulgação é exigida (item 89).

Gabarito → E.

23. (CESPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016)

Acerca de provisões, passivos e contingências passivas e ativas, julgue o item subsequente.

O contador de uma empresa que tenha sido multada por haver causado danos ambientais deverá reconhecer uma provisão para contingências no valor da multa a ser paga.

Comentários:

Qual a sua diferença entre a provisão e os outros passivos?

A diferença entre as provisões e os outros passivos refere-se à **incerteza sobre o prazo ou ao valor do desembolso** necessário para sua liquidação.

Assim, as contas a pagar, multas já recebidas, como no caso da questão, são **passivos a pagar** por conta de bens ou serviços fornecidos ou recebidos e que tenham sido faturados ou formalmente

acordados com o fornecedor. Não há incerteza sobre o prazo ou o valor do pagamento. Portanto, temos contas a pagar ou fornecedores, **mas não provisão.**

Gabarito→Errado

24. (CESPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016)

Acerca de provisões, passivos e contingências passivas e ativas, julgue o item subsecutivo.

Passivo contingente corresponde a um passivo de prazo ou valor incerto; provisão caracteriza uma obrigação possível, resultante de eventos passados, que será confirmada pela ocorrência ou não de eventuais acontecimentos futuros, sobre os quais a entidade não terá controle.

Comentários:

O Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes oferece as seguintes definições:

10. Os seguintes termos são usados neste Pronunciamento, com os significados especificados:

Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos.

Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

Passivo contingente é:

(a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou

(b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:

(i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou

(ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Percebam que a questão trocou os conceitos, o que torna o item errado.

Gabarito→Errado

25. (CESPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016)

Acerca de provisões, passivos e contingências passivas e ativas, julgue o item subsecutivo.

Sendo identificada uma contingência ativa na fase final de uma ação impetrada por uma empresa contra outra empresa, os valores a serem convertidos para a impetrante deverão ser reconhecidos.

Comentários:

Os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Um exemplo é uma reivindicação que a entidade esteja reclamando por meio de processos legais, em que o desfecho seja incerto.

Os ativos contingentes **não são reconhecidos** nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado.

Gabarito → Errado

Uma empresa do setor farmacêutico que atua em diversos países realiza atividades que causam poluição ambiental. Embora estejam conscientes desse problema, os administradores dessa empresa se comprometem a despoluir áreas impactadas por suas atividades apenas nos locais em que houver determinação legal para isso. Há anos essa empresa tem causado poluição ambiental em áreas públicas de um país onde, atualmente, está em curso o processo de votação de um projeto de lei antipoluição. Se esse projeto for aprovado, como se estima, a lei entrará em vigor após o término do exercício social em curso. Prevendo que terá de arcar com a despoluição das áreas impactadas, a empresa estabeleceu uma estimativa do valor que deverá desembolsar.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item seguinte, que trata de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

26. (CESPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016)

Na situação apresentada, a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos é considerada possível, pois a probabilidade de a saída de recursos ocorrer é superior à de ela não ocorrer.

Comentários:

Mais uma questão retirada de um exemplo previsto no CPC 25:

Exemplo 2 – Terreno contaminado – é praticamente certo que a legislação será aprovada

Uma entidade do setor de petróleo causa contaminação, mas efetua a limpeza apenas quando é requerida a fazê-la nos termos da legislação de um país em particular no qual ela opera. O país no qual ela opera não possui legislação requerendo a limpeza, e a entidade vem contaminando o terreno nesse país há diversos anos. Em 31 de dezembro de 20X0 é **praticamente certo** que um projeto de lei requerendo a limpeza do terreno já contaminado será aprovado rapidamente após o final do ano.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – O evento que gera a obrigação é a contaminação do terreno, pois é praticamente certo que a legislação requeira a limpeza.

Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – Provável.

Conclusão – Uma provisão é reconhecida pela melhor estimativa dos custos de limpeza.

Nesse exemplo, é importante ressaltar que, antes da aprovação da legislação requerendo a limpeza, havia um passivo contingente, o qual não era reconhecido contabilmente (não era contabilizado)

A mudança da legislação, exigindo a limpeza, transforma o passivo contingente em provisão, a qual deve ser reconhecida pela melhor estimativa.

No exemplo apresentado na questão, o evento que gera a obrigação é poluição ambiental das áreas impactadas é praticamente certo que a legislação obrigue a limpeza.

A saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação é **provável** e não possível, como afirmou a questão.

Diante do exposto, a empresa DEVE reconhecer uma provisão.

Gabarito → Errado

27. (CESPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016)

Se o efeito do valor do dinheiro no tempo for considerado imaterial, o valor da estimativa feita pela empresa não estará sujeito a ajuste com base em valor presente, quando do seu reconhecimento pela contabilidade.

Comentários:

Conforme previsão do CPC 25:

45. Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é material, o valor da provisão deve ser o valor presente dos desembolsos que se espera que sejam exigidos para liquidar a obrigação.

46. Em virtude do valor do dinheiro no tempo, as provisões relacionadas com saídas de caixa que surgem logo após a data do balanço são mais onerosas do que aquelas em que as saídas de caixa de mesmo valor surgem mais tarde. Em função disso, as provisões são descontadas, **quando o efeito é material**.

Assim sendo, se o efeito do valor do dinheiro no tempo for considerado imaterial, o valor da estimativa feita pela empresa não estará sujeito a ajuste com base em valor presente, quando do seu reconhecimento pela contabilidade.

Gabarito → Correto

28. (CESPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016)

No término do exercício social em curso, a empresa deverá reconhecer um passivo contingente.

Comentários:

Errado, como a saída de recursos para a limpeza das áreas poluídas é provável, a empresa deverá reconhecer uma **provisão** e não um passivo contingente;

Gabarito → Errado.

29. (CESPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016)

Se, independentemente da aprovação da lei antipoluição, a empresa aceitar publicamente a responsabilidade pela reparação do dano causado ao meio ambiente, estará configurada a existência de um evento passado que conduziu a uma obrigação presente.

Comentários:

O CPC 25 define que **evento que cria obrigação** é um evento que cria uma obrigação **legal ou não formalizada** que faça com que a entidade **não tenha nenhuma alternativa** realista senão **liquidar** essa obrigação.

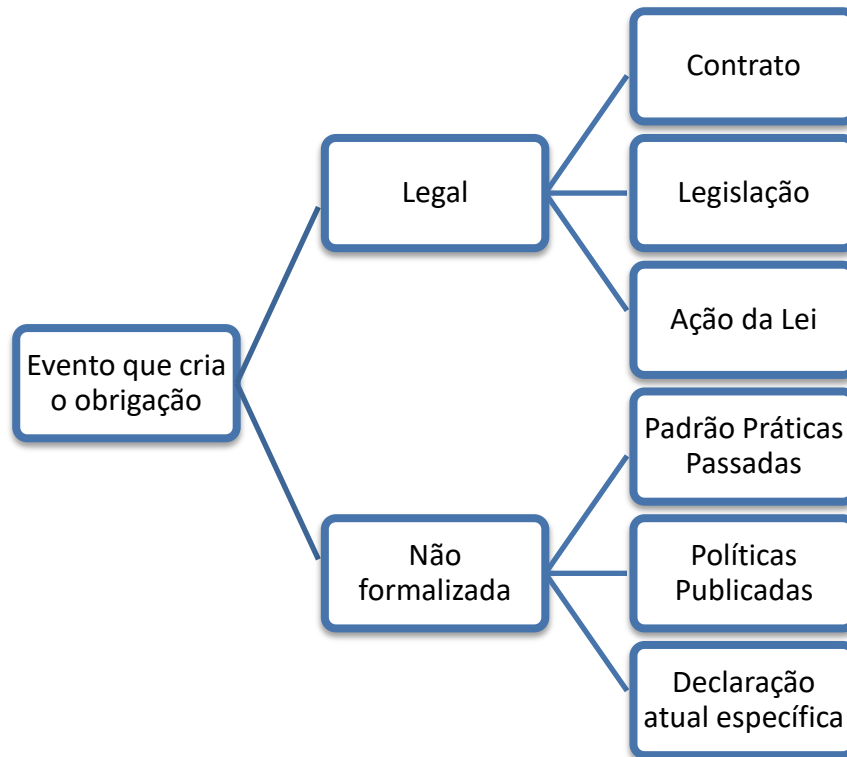
Por sua vez, Obrigação legal é uma obrigação que deriva de:

- (a) **contrato** (por meio de termos explícitos ou implícitos);
- (b) **legislação**; ou
- (c) outra ação da lei.

Obrigação não formalizada é uma obrigação que decorre das ações da entidade em que:

- (a) por via de padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de **declaração atual suficientemente específica**, a entidade tenha indicado a outras partes que aceitará certas responsabilidades; e
- (b) em consequência, a entidade cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

Esquematizando essas definições temos:



Na nossa questão, a empresa apresentou publicamente uma declaração que independentemente da aprovação da lei antipoluição, ela aceitará publicamente a responsabilidade pela reparação do dano causado ao meio ambiente, portanto, trata-se de um evento que cria a obrigação para empresa.

Veamos ainda o que diz o CPC 25:

21. Um evento que não gera imediatamente uma obrigação pode gerá-la em data posterior, por força de alterações na lei ou porque um ato da entidade (por exemplo, uma declaração pública suficientemente específica) dá origem a uma obrigação não formalizada. Por exemplo, quando forem causados danos ambientais, pode não haver obrigação para remediar as consequências. Porém, o fato de ter havido o dano torna-se um evento que cria obrigações quando uma nova lei exige que o dano existente seja retificado ou quando a entidade publicamente aceita a responsabilidade pela retificação de modo a criar uma obrigação não formalizada.

Gabarito → Certo.

30. (CESPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016)

Caso a empresa tenha direito ao reembolso, por terceiro, do total a ser desembolsado para reparação da área poluída, esse direito a reembolso deverá ser registrado em uma conta retificadora de passivo.

Comentários:



Está previsto no CPC 25:

Quando se espera que algum ou todos os desembolsos necessários para liquidar uma provisão sejam reembolsados por outra parte, o reembolso deve ser reconhecido quando, **e somente quando, for praticamente certo que o reembolso será recebido** se a entidade liquidar a obrigação. O reembolso deve ser tratado como **ativo separado**. O valor reconhecido para o reembolso não deve ultrapassar o valor da provisão.

Portanto, afirmar que esse direito a reembolso será classificado como retificadora do passivo está errado. A classificação correta é no Ativo. Seria o caso de contratos de seguro, cláusulas de indenização ou garantias de fornecedores.

Gabarito → Errado.

Em outubro de 2010, uma empresa acionou judicialmente seu principal fornecedor de matérias-primas reivindicando um direito. Até o final de 2014, o desfecho da ação ainda era incerto, embora se considerasse provável uma entrada de benefícios econômicos. No final de 2015, quando o processo tramitava em última instância, foi proferida decisão judicial a favor da empresa, ficando o fornecedor comprometido a honrar o pagamento do direito reivindicado à empresa no ano de 2016.

Com base nessa situação hipotética, julgue o próximo item, acerca de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

31. (CESPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016)

No final de 2015, a empresa teve de reconhecer, em suas demonstrações contábeis, o ativo e os ganhos decorrentes da decisão judicial proferida a seu favor.

Comentários:

Segundo o CPC, item 31, **a entidade não deve reconhecer um ativo contingente.**

Devem, sim, ser evidenciados em notas explicativas.

Os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Um exemplo é uma reivindicação que a entidade esteja reclamando por meio de processos legais, em que o desfecho seja incerto.

Portanto, ativos contingentes surgem da possibilidade da entrada de benefícios econômicos não esperados ou não planejados.

Grave-se: ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis até que a realização de ganho seja praticamente certa, hipótese na qual deixaremos de caracterizá-lo como contingente.

Ativo Contingente: A entrada de benefícios econômicos é:

- 1) **Praticamente certa: Nesse caso, não é um ativo contingente. A Empresa contabiliza o ativo.**
- 2) **Provável**, mas não praticamente certa: não contabiliza, mas divulga.
- 3) **A entrada não é provável** (é possível ou remota): Não contabiliza e nem divulga.

Esquematizemos:

Quadro comparativo – Passivo contingente e Ativo contingente

Passivo Contingente	AÇÃO	Ativo Contingente
Provável	Contabiliza e divulga	Praticamente certo
Possível	Não contabiliza, mas divulga	Provável
Remoto	Não contabiliza e nem divulga	Possível / Remoto

A questão fala que no final de 2015, quando o processo tramitava em última instância, foi proferida decisão **judicial a favor da empresa**, ficando o fornecedor comprometido a honrar o pagamento do direito reivindicado à empresa no ano de 2016. Nesse caso, não é um ativo contingente. A Empresa contabiliza o ativo.

Gabarito → Certo.

32. (CESPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016)

No período de 2010 a 2014, a empresa teve a obrigação de divulgar, nas datas de cada balanço, informações acerca da natureza dos ativos contingentes e, quando praticáveis, as estimativas dos efeitos financeiros dos referidos ativos.

Comentários:

A questão afirma que até o final de 2014, o desfecho da ação ainda era incerto, embora se considerasse **provável** uma entrada de benefícios econômicos. Conforme previsão do CPC 25, temos um Ativo Contingente que não será contabilizado, mas divulgado em notas explicativas.

Gabarito → Certo.

33. (CESPE/Funpresp-JUD/Contabilidade/2016)

Acerca de provisões, passivos e contingências passivas e ativas, julgue o item subsequente.

O contador de uma empresa que tenha sido multada por haver causado danos ambientais deverá reconhecer uma provisão para contingências no valor da multa a ser paga.

Comentários:

Item errado, pois como a empresa já foi multada, ela já possui uma obrigação presente, portanto, reconhecemos um Passivo e não uma Provisão.

Gabarito → Errado.

34. (CESPE/TCE-PR/Analista de Controle – Contábil/2016)

Em 2015, a Cia. Alfa foi autuada pelo não recolhimento de R\$ 3.000.000, referentes a determinado imposto. Em 31/12/2015, foi reconhecida contabilmente uma provisão de apenas R\$ 1.500.000, por sugestão do setor jurídico da companhia. Simultaneamente, a Cia. Alfa impetrou recurso junto ao órgão fiscal. Em 25/1/2016, após julgamento do recurso, o órgão fiscal entendeu que era devido o recolhimento do valor de R\$ 2.000.000. A companhia optou por não recorrer dessa decisão. Em seguida, em 18/3/2016, foi autorizada a emissão das demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2015.

Nesse caso hipotético, o procedimento contábil correto a ser adotado pela Cia. Alfa consiste em reconhecer, nas demonstrações contábeis

- a) de 2015, uma provisão complementar de R\$ 1.500.000.
- b) de 2016, uma provisão de R\$ 1.500.000.
- c) do ano em que ocorrer o efetivo recolhimento, uma despesa tributária de R\$ 2.000.000.
- d) de 2015, uma provisão complementar de R\$ 500.000.
- e) de 2016, uma provisão de R\$ 500.000.

Comentários:

Questão bem interessante e vejamos o que diz o CPC 25:

16. Em quase todos os casos será claro se um evento passado deu origem a uma obrigação presente. Em casos raros – como em um **processo judicial**, por exemplo –, pode-se discutir tanto se certos eventos ocorreram quanto se esses eventos resultaram em uma obrigação presente. Nesse caso, a entidade deve **determinar se a obrigação presente existe na data do balanço ao considerar toda a evidência disponível incluindo, por exemplo, a opinião de peritos.**

A evidência considerada inclui qualquer evidência adicional proporcionada por eventos **após a data do balanço**. Com base em tal evidência:

- (a) **quando for mais provável que sim do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço, a entidade deve reconhecer a provisão** (se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos); e
- (b) quando for mais provável que não existe uma obrigação presente na data do balanço, a entidade divulga um passivo contingente, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos (ver item 86).

Além disso, temos um exemplo trazido pela norma, veja:

Exemplo 10A – Caso judicial

Após um casamento em 20X0, dez pessoas morreram, possivelmente por resultado de alimentos envenenados oriundos de produtos vendidos pela entidade. Procedimentos legais são instaurados para solicitar indenização da entidade, mas esta disputa o caso judicialmente. Até a data da autorização para a publicação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 20X0, os advogados da entidade aconselham que é provável que a entidade **não será responsabilizada**.

Entretanto, quando a entidade elabora as suas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 20X1, os seus advogados aconselham que, dado o desenvolvimento do caso, é **provável** que a entidade será responsabilizada.

(a) Em 31 de dezembro de 20X0

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – Baseado nas evidências disponíveis até o momento em que as demonstrações contábeis foram aprovadas, **não há obrigação como resultado de eventos passados**.

Conclusão – **Nenhuma provisão é reconhecida** (ver itens 15 e 16). A questão é divulgada como passivo contingente, a menos que a probabilidade de qualquer saída seja considerada remota (item 86).

(b) Em 31 de dezembro de 20X1

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – Baseado na evidência disponível, **há uma obrigação presente**. Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – **Provável**.

Conclusão – **Uma provisão é reconhecida pela melhor estimativa do valor necessário para liquidar a obrigação** (itens 14 a 16).

Percebam que esse exemplo se aplica à nossa questão. Em 25/1/2016, após julgamento do recurso, o órgão fiscal entendeu que era devido o recolhimento do valor de R\$ 2.000.000, isto é, existe uma obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação.

Portanto, em relação às demonstrações contábeis de 2015, a empresa já tinha uma provisão contabilizada de R\$ 1.500.000, cabendo a ela reconhecer uma provisão complementar de R\$ 500.000.

Gabarito → D

35. (CESPE/DPU/Contador/2016)

Com relação ao reconhecimento e à mensuração de itens patrimoniais e de resultado, julgue o item subsequente.

Caso determinada sociedade empresária estime uma provisão, em virtude de garantia oferecida por problema no funcionamento inadequado de produto vendido, essa sociedade deverá reconhecer um passivo e uma despesa no momento da venda, pelo valor estimado.

Comentários:

Vejamos o que está previsto no CPC 25:

24. Quando há várias obrigações semelhantes (por exemplo, **garantias sobre produtos** ou contratos semelhantes), a avaliação da probabilidade de que uma saída de recursos será exigida na liquidação deverá considerar o tipo de obrigação como um todo. Embora possa ser pequena a probabilidade de uma saída de recursos para qualquer item isoladamente, pode ser **provável que alguma saída de recursos** ocorra para o tipo de obrigação. **Se esse for o caso, uma provisão é reconhecida** (se os outros critérios para reconhecimento forem atendidos).

Contabilização:

D – Despesa (resultado)	100.000
C – Provisão (passivo)	100.000

Gabarito → Correto.

36. (CESPE/Auditor Federal de Controle Externo/TCU/2015)

No fim do exercício social, determinada empresa estimou os seguintes valores para os processos judiciais em que figurava como ré em relação aos quais os especialistas consideravam haver probabilidades de perda.

natureza	estimativa (em milhões de R\$)
fiscais	98.256,00
cíveis – gerais	10.350,00
trabalhistas	12.381,00
cíveis – ambientais	3.984,00
total	124.971,00

Assertiva: Nesse caso, o montante de R\$ 124.971 milhões deverá ser reconhecido no balanço patrimonial do exercício, em contas classificadas no passivo exigível, em subgrupos de provisões e de acordo com os prazos de liquidação.

Comentários:

Segundo o CPC 25:

Provisão é um passivo de prazo ou de valor Errados.

Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

Passivo contingente é:

- (a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros Errados não totalmente sob controle da entidade; ou
- (b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - (i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou
 - (ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Ainda, nos termos do Pronunciamento:

Reconhecimento

Provisão

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Como o item asseverou que “os especialistas consideravam haver probabilidades de perda”, não sabemos se essa possibilidade de perda é provável (provisão), possível (passivo contingente divulgado) ou remota (passivo contingente não divulgado). O termo probabilidade, por si só, é muito fraco para que possamos dizer se é ou não caso de constituição de provisão.

A questão foi anulada pela banca, com a seguinte justificativa: A utilização do termo “haver probabilidade” prejudicou o julgamento objetivo do item.

Gabarito → ANULADA

37. (CESPE/Telebras/Analista Superior-Auditoria/2015)

Com relação aos componentes do patrimônio e ao conceito de receita, julgue o próximo item, de acordo com os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

O ativo contingente não deve ser reconhecido no balanço patrimonial da entidade, pois, entre outros motivos, não é um evento totalmente sob o controle da empresa.

Comentários:

Segundo o CPC 25, os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Um exemplo é uma reivindicação que a entidade esteja reclamando por meio de processos legais, em que o desfecho seja incerto.

Os ativos contingentes **não são reconhecidos** nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.

Gabarito → Correto.

38. (CESPE/FUB/Contabilidade/2015)

Com relação ao tratamento contábil de itens patrimoniais, julgue o item a seguir.

O tempo é um fator que diferencia provisões para contingências de reservas para contingências: as primeiras referem-se a eventos passados, e as últimas, a futuros.

Comentários:



Reserva para contingência	Provisões para contingências
Compensação de perda em exercício futuro	Cobertura de perda em que já houve fato gerador
Segrega no PL parcela de lucros que poderia ir para dividendos	Constituída independente do lucro ou prejuízo do exercício
É revertida para lucros acumulados (ocorrendo ou não o evento), integrando BC dos dividendos	Não há reversão de valores, em regra.
Conta do PL, reserva de lucros. Não afeta resultado	Conta do passivo e contrapartida em despesa no resultado.
Exemplos: geadas, inundações, secas, empresas que operam com períodos altamente lucrativos e depois com baixa lucratividade	Exemplos: indenizações contratuais, contingências fiscais, trabalhistas

Gabarito → Certo

39. (CESPE/FUB/Contabilidade/2015)

Julgue o item subsequente, relativo aos procedimentos contábeis de mensuração de ativos e passivos que devem ser efetuados pela UnB.

Não é possível o reconhecimento de provisão caso não possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

Comentários:

Item correto. O uso de estimativas é uma parte essencial da elaboração de demonstrações contábeis e não prejudica a sua confiabilidade. Isso é especialmente verdadeiro no caso de provisões, que pela sua natureza são mais incertas do que a maior parte de outros elementos do balanço. Exceto em casos extremamente raros, a entidade é capaz de determinar um conjunto de desfechos possíveis e, dessa forma, fazer uma estimativa da obrigação que seja suficientemente confiável para ser usada no reconhecimento da provisão. Nos casos extremamente raros em que **nenhuma estimativa confiável possa ser feita, existe um passivo que não pode ser reconhecido. Esse passivo é divulgado como passivo contingente.**

Gabarito → Certo

40. (CESPE/FUB/Contabilidade/2015)

O item apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada em relação ao reconhecimento e à mensuração contábil, de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A empresa X está sendo acusada pela concorrente Y de prática desleal, por combinar preços com as demais concorrentes. A empresa Y pede judicialmente uma indenização de R\$ 1 milhão. Nessa situação, a empresa X deve reconhecer uma obrigação no passivo, pelo valor requerido, mesmo que seja remota a probabilidade de saída de recursos que incorporem benefícios econômicos.

Comentários:

Item **errado**, se essa possibilidade de saída de recursos for remota, a empresa não reconhece um passivo contingente e está dispensada de divulgação em notas explicativas.

Gabarito → Errado

Uma companhia aberta que fabrica aparelhos celulares vende o seu produto oferecendo garantia ao cliente no momento da venda. No contrato de venda, o fabricante compromete-se a consertar, por meio de reparo ou substituição do aparelho, defeitos que vierem a se tornar aparentes dentro de três anos, a partir da data da venda. A experiência passada revela que é provável que haja reclamações dentro do período de cobertura da garantia. O fabricante tem condições de fazer uma estimativa confiável do valor com o qual terá que arcar em caso de danos nos aparelhos.

Com base na situação hipotética apresentada e nos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, julgue o item que se segue.

41. (CESPE/STJ/Apoio Especializado/Contadoria/2015)

A restrição, nesse caso, para o reconhecimento contábil de uma provisão está relacionada à inexistência de uma obrigação presente.

Comentários:

Item errado, pois estamos diante de um evento que cria obrigação para a empresa. No contrato de venda, o fabricante compromete-se a consertar, por meio de reparo ou substituição do aparelho, defeitos que vierem a se tornar aparentes dentro de três anos, a partir da data da venda.

Gabarito → Errado.

42. (CESPE/STJ/Apoio Especializado/Contadoria/2015)

O fabricante está diante de uma situação que configura a existência de um passivo contingente. Nesse caso, o procedimento contábil apropriado é a divulgação desse passivo contingente em notas explicativas.

Comentários:

Item errado, de acordo com a previsão do CPC 25, quando há várias obrigações semelhantes (por exemplo, **garantias sobre produtos** ou contratos semelhantes), a avaliação da probabilidade de que uma saída de recursos será exigida na liquidação deverá considerar o tipo de obrigação como um todo.

Embora possa ser pequena a probabilidade de uma saída de recursos para qualquer item isoladamente, pode ser **provável que alguma saída de recursos** ocorra para o tipo de obrigação. **Se esse for o caso, uma provisão é reconhecida** (se os outros critérios para reconhecimento forem atendidos) e não um passivo contingente.

Gabarito → Errado

43. (CESPE/DPF/Contabilidade/2014)

A diferença entre as contas provisão para imposto de renda e imposto de renda a pagar está em que a primeira representa um passivo de prazo ou valor incerto enquanto que a segunda consiste em um passivo que não contempla tal incerteza.

Comentários:

De acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingente, Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos.

Gabarito → Correto.

44. (CESPE/DPF/Contabilidade/2014)

As provisões e os passivos contingentes devem ser reconhecidos e registrados pela contabilidade, uma vez que, apesar de serem resultantes de eventos passados, constituem obrigações presentes, sendo provável a saída de recursos a fim de liquidar a obrigação no futuro.

Comentários:

Segundo o CPC 25, os passivos contingentes **não são reconhecidos e registrados**.

Diferenças entre provisões e passivos contingentes:

- (a) **provisões** – que **são reconhecidas como passivo** (presumindo-se que possa ser feita uma estimativa confiável) porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (b) **passivos contingentes** – que **não são reconhecidos como passivo** porque são:
- (i) obrigações possíveis, visto que ainda há de ser confirmado se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos, ou
 - (ii) obrigações presentes que não satisfazem os critérios de reconhecimento deste Pronunciamento Técnico (porque não é provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação, ou não pode ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação).

Portanto, grave-se esta diferença essencial: **as provisões são contabilizadas, os passivos contingentes não!**

Gabarito → Errado.

45. (CESPE/TRE ES/Contabilidade/2011)

No item, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Uma empresa, após ter apurado lucro de R\$ 100.000,00, destinou um terço desse valor para contingências futuras. Nessa situação, a empresa contabilizará, no mesmo exercício, R\$ 30.000,00 a crédito de uma conta de provisão para contingências.

Comentários:

Errado, a assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar parte do lucro líquido à formação de **reserva** com a finalidade de compensar, em **exercício futuro**, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado (LSA, art. 195).

As **reservas de contingências**, especificamente, objetivam salvaguardar o capital social, de modo que se posteriormente algo acontecer, decorrente de perda julgada provável cujo valor possa ser estimado, a companhia esteja preparada.

O item erra, pois a empresa não deve constituir uma provisão, mas uma reserva para contingências.

Gabarito → Errado

46. (CESPE/TRE ES/Contabilidade/2011)

Julgue o item que se segue, acerca da utilização das técnicas contábeis no registro e controle do patrimônio das entidades.

Se as circunstâncias justificarem, as provisões devem ser constituídas ainda que a entidade correspondente esteja operando com prejuízo.

Comentários:

Provisões são passivos de prazo ou valor incertos e a sua constituição independem da situação econômica da empresa.

Gabarito → Correto.

19 - LISTA DAS QUESTÕES COMENTADAS NESTA AULA



1. (FCC/Sabesp/Analista Contábil/2018)

O saldo da conta Provisões evidenciado no Balanço Patrimonial de uma empresa, em 31/12/2016, era composto dos seguintes valores:

Processo	Saldo em 31/12/2016
Ambiental	R\$ 600.000,00
Trabalhista	R\$ 1.080.000,00

Em 31/12/2017 a empresa obteve as seguintes informações sobre os diversos processos a que está respondendo:

Processo	Probabilidade de Perda em 31/12/2017	Valor estimado em 31/12/2017 para as perdas
Ambiental	Provável	R\$ 480.000,00
Trabalhista	Provável	R\$ 800.000,00
Fiscal I (novo)	Possível	R\$ 900.000,00
Fiscal II (novo)	Provável	R\$ 540.000,00

Na Demonstração do Resultado de 2017, o efeito total que a empresa reconheceu, em função das provisões necessárias, foi

- (A) despesa total no valor de R\$ 1.040.000,00.
- (B) receita total no valor de R\$ 400.000,00.
- (C) despesa total no valor de R\$ 1.440.000,00.
- (D) despesa total no valor de R\$ 140.000,00.
- (E) despesa total no valor de R\$ 540.000,00.

2. (FCC/Sabesp/Analista Contábil/2018)

A empresa Novos Problemas S.A. nunca teve problemas com ações de qualquer natureza, mas no ano de 2017 se deparou com alguns processos movidos contra ela. Até o dia 31/12/2017 não ocorreu nenhuma audiência ou julgamento para qualquer dos processos. A assessoria jurídica apresentou para a diretoria da empresa, em 31/12/2017, as informações constantes da tabela a seguir, onde constam a avaliação feita quanto à possibilidade de perda dos diversos processos e os valores prováveis que poderão ser desembolsados pela empresa:

Informações apresentadas em 31/12/2017		
Tipo de Processo	Valor Estimado (R\$)	Probabilidade Perda
Ação por não cumprimento de garantia de produto	5.000.000,00	Provável
Ação Fiscal relativa ao PIS	18.000.000,00	Possível
Ação Fiscal relativa ao ICMS	12.000.000,00	Remota
Ação por danos ambientais	3.000.000,00	Possível
Ações Trabalhistas	12.000.000,00	Provável

Sabendo que os valores estimados para as ações são confiáveis e as probabilidades de perda foram avaliadas com critérios adequados, o valor total que deveria ser evidenciado como provisão no passivo, no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 da empresa Novos Problemas S.A. é, em reais,

- (A) 17.000.000,00.
- (B) 21.000.000,00.
- (C) 50.000.000,00.
- (D) 38.000.000,00.
- (E) 0,00 (zero).

3. (FCC/Analista/DPE AM/2018)

O Balanço Patrimonial de 31/12/2014 de uma empresa apresentava o saldo de R\$ 1.100.000,00 na conta Provisões. A composição desta conta era a seguinte:

Provisão reconhecida	Valor registrado em 31/12/2014
Ação trabalhista	R\$ 300.000,00
Ação Fiscal	R\$ 800.000,00

Reavaliando a situação dos dois processos, a empresa identificou, em 31/12/2015, alterações nos valores prováveis, em função de novos fatos analisados. Os novos valores prováveis para estes processos são:

Tipo de processo	Valor estimado em 31/12/2015
Ação trabalhista	R\$ 250.000,00
Ação Fiscal	R\$ 700.000,00

Dois novos processos judiciais surgiram em 2015 contra a empresa e as informações sobre eles são apresentadas a seguir:

Tipo de processo	Avaliação da probabilidade de Perda em 31/12/2015	Valor estimado em 31/12/2015
Ambiental	Provável	R\$ 80.000,00
Cível	Possível	R\$ 100.000,00

O efeito líquido no resultado de 2015 da empresa, relacionado com as provisões necessárias foi, em reais,

- a) redução de 80.000,00.
- b) aumento de 150.000,00.
- c) redução de 180.000,00.
- d) redução de 30.000,00.
- e) aumento de 70.000,00

4. (FCC/AL-SE/Analista Legislativo/Contabilidade/2018)

A Cia. Desenrola está respondendo a processos em diversas áreas. Em 31/12/2016, apresentava as seguintes informações sobre seus processos, com valores em reais:

Processo	Montante Estimado (R\$)	Probabilidade Perda
Trabalhista I	400.000	Provável
Fiscal I	220.000	Provável
Cível	100.000	Possível

Para o fechamento do Balanço Patrimonial em 31/12/2017, a Cia. reavaliou os processos nos quais estava envolvida e obteve as seguintes informações, com valores em reais:

Processo	Montante Estimado (R\$)	Probabilidade Perda
Trabalhista I	300.000	Provável
Fiscal I	280.000	Provável
Fiscal II	320.000	Possível
Cível	140.000	Provável
Ambiental	170.000	Remota

Com base nas informações, o impacto no resultado de 2017 decorrente da reavaliação dos processos judiciais foi, em reais,

- (A) 100.000,00 negativo.
- (B) 720.000,00 negativo.
- (C) 40.000,00 positivo.
- (D) 320.000,00 negativo.
- (E) 580.000,00 negativo.

5. (FCC/Auditor Fiscal/SEFAZ/MA/2016)

O Balanço Patrimonial de uma empresa, em 31/12/2014, apresentou o saldo de R\$ 1.200.000,00 na conta representativa das provisões que era composta dos seguintes valores:

Tipo de processo	Provisão reconhecida em 31/12/2014
Trabalhista	R\$ 500.000,00
Tributário	R\$ 700.000,00

Para a elaboração do Balanço Patrimonial de 31/12/2015, as informações obtidas pela empresa sobre os processos existentes em 31/12/2014 e sobre outros que surgiram durante o ano de 2015 são apresentadas na tabela a seguir:

Tipo de processo	Classificação pela empresa em 31/12/2015	Valor estimado em 31/12/2015
Trabalhista	Provável	R\$ 400.000,00
Tributário	Possível	R\$ 200.000,00
Cível	Possível	R\$ 100.000,00
Ambiental	Provável	R\$ 150.000,00

O efeito líquido causado na Demonstração do Resultado de 2015 da empresa relacionado com as provisões foi, em reais:

- (A) aumento de 350.000,00.
- (B) aumento de 450.000,00.
- (C) redução de 850.000,00.
- (D) aumento de 650.000,00.
- (E) redução de 550.000,00.

6. (FCC/Julgador Administrativo Tributário/SEFAZ PE/2015)

A empresa Processos & Cia. S.A. estava respondendo a alguns processos judiciais, cujas informações estão apresentadas a seguir:

Processo	Provisão Reconhecida em 31/12/2013	Probabilidade de Perda em 31/12/2014	Valor Reestimado da Perda em 31/12/2014
Trabalhista 1	R\$ 100.000,00	Provável	R\$ 80.000,00
Tributário 1	R\$ 180.000,00	Possível	R\$ 100.000,00
Tributário 2	R\$ 0,00	Possível	R\$ 50.000,00
Ambiental 1	R\$ 0,00	Provável	R\$ 40.000,00

Com base nestas informações, a empresa Processos & Cia. S.A. reconheceu, na Demonstração do Resultado de 2014,

- (A) despesa com provisão no valor de R\$ 40.000,00.
- (B) despesa com provisão no valor de R\$ 120.000,00.
- (C) ganho líquido com provisão no valor de R\$ 160.000,00.
- (D) ganho líquido com provisão no valor de R\$ 80.000,00.
- (E) despesa com provisão no valor de R\$ 20.000,00.

7. (FCC/Auditor Fiscal/SEFAZ PI/2015)

O departamento jurídico da Empresa Arriscada S.A. apresentou as informações, constantes no quadro abaixo, relativas a diversos processos movidos contra a empresa. Estas informações serão utilizadas para a elaboração do Balanço Patrimonial em 31/12/2013:

Processo	Valor Estimado (R\$)	Probabilidade Perda
Ação Fiscal – ICMS	800.000,00	Possível
Ação Fiscal – IPI	1.500.000,00	Provável
Ação Fiscal – CSSL	3.200.000,00	Possível
Ações Trabalhistas	2.800.000,00	Provável
Processo Ambiental	1.000.000,00	Remota

Sabendo-se que todos os valores estimados são confiáveis e com base nas informações apresentadas, o valor a ser evidenciado como provisão no passivo, no Balanço Patrimonial de 31/12/2013 é, em reais,

- a) 9.300.000,00.
- b) 8.300.000,00.
- c) 4.000.000,00.
- d) 1.000.000,00.
- e) 4.300.000,00.

8. (FCC/Auditor Fiscal/SEFAZ/RJ/2014)

A empresa Alpha S.A. possuía alguns processos judiciais em andamento, conforme os dados a seguir:

Nº do Processo	Provisão Reconhecida em 31/12/2012	Probabilidade de Perda em 30/06/2013	Valor Estimado da Perda em 30/06/2013
1	R\$ 50.000,00	Provável	R\$ 60.000,00
2	R\$ 30.000,00	Possível	R\$ 40.000,00
3	não há	Possível	R\$ 15.000,00
4	não há	Provável	R\$ 25.000,00

Com base nestas informações, a empresa Alpha S.A. deve, em 30/06/2013, complementar o saldo

(A) da provisão constituída para o processo 1, constituir provisão para os processos 3 e 4 e reverter a provisão constituída para o processo 2.

(B) da provisão constituída para o processo 1, constituir provisão somente para o processo 4 e manter a provisão já constituída para o processo 2.

(C) das provisões constituídas para os processos 1 e 2 e constituir provisões para os processos 3 e 4.

(D) das provisões constituídas para os processos 1 e 2 e constituir provisão somente para o processo 4.

(E) da provisão constituída para o processo 1, constituir a provisão para o processo 4 e reverter a provisão constituída para o processo 2.

9. (FCC/TRF 3ª Região/Contabilidade/2014)

A empresa Enroscada S.A. está respondendo a diversos processos em diversas áreas. Para o fechamento do Balanço Patrimonial em 31/12/12 a contabilidade obteve as seguintes informações:

Processo	Processo	Probabilidade Perda
Processo Trabalhista	200.000,00	Provável
Processo Fiscal 1	370.000,00	Possível
Processo Fiscal 2	440.000,00	Provável
Processo Cível	230.000,00	Possível
Processo Ambiental	160.000,00	Remota

Com base nas informações acima, o valor a ser contabilizado como provisão no passivo é, em R\$,

- A) 1.400.000,00.
- B) 600.000,00.
- C) 1.240.000,00
- D) 760.000,00
- E) 640.000,00

10. (FGV/Auditor/CGM/Niterói/2018)

A diretoria de uma entidade, em 31.01.2017, tomou a decisão de encerrar suas atividades no Estado de Minas Gerais. Em 31.03.2017, um plano para a reestruturação foi concluído e a ação foi comunicada aos funcionários, clientes e fornecedores da entidade.

O encerramento das atividade em Minas Gerais ocorreu em 31.05.2017, quando os ativos localizados no Estado foram colocados à venda. Em 31.07.2017 os ativos da entidade foram vendidos para uma entidade do mesmo ramo que estava se instalando em Minas Gerais. O valor da venda foi recebido em 31.08.2017.

No balanço patrimonial da entidade que encerrou suas atividade, um passivo foi constituído em

- a) 31.01.2017
- b) 31.03.2017
- c) 31.05.2017
- d) 31.07.2017

e) 31.08.2017

11. (FGV/Agente de Fiscalização/TCM SP/2015)

A Cia. Delta é uma corporação de grande porte, com negócios em diversos países. Nos últimos anos a companhia tem sido duramente criticada por políticos e ativistas, pois adota uma estrutura societária que lhe permite reduzir a carga de impostos recolhidos ao Fisco do país que constitui seu principal mercado de atuação. A repercussão dessas críticas junto aos consumidores prejudicou severamente a reputação da companhia, tendo forte impacto em seus negócios. A fim de mitigar esses danos, em 2015 a Cia. Delta voluntariamente aderiu a um código de conduta empresarial, comprometendo-se a destinar a entidades de assistência social, anualmente, o equivalente a no mínimo um terço a mais de recursos do que sua principal concorrente neste país. Ao final do exercício de 2015, para que a Cia. Delta reconheça uma provisão relativa a esse compromisso, é necessário que ela tenha:

- (A) criado expectativas válidas em terceiros de que cumprirá esse compromisso;
- (B) identificado as entidades assistenciais para as quais pretende destinar esses recursos;
- (C) se comprometido através de contratos com as entidades assistenciais para as quais pretende destinar esses recursos;
- (D) ciência do montante exato que destinará a essas entidades;
- (E) estabelecido um cronograma para o pagamento desses valores.

12. (FGV/Analista Contábil/ DPE – RO/2015)

Nas demonstrações financeiras do ano de X1, a companhia de automóveis japonesa Cainaxon apresentou o maior prejuízo de sua história. Pressionado pelo Conselho de Administração, o presidente da companhia apresentou um plano de reestruturação:

- 1) Encerramento das unidades deficitárias nos anos de X2 e X3;
- 2) Programa de demissão da metade dos executivos com início em 01/01/X3;
- 3) Construção de um prédio administrativo;
- 4) Encerramento do contrato de aluguel do prédio administrativo no momento em que o novo prédio ficar pronto.

Considerando que todas as medidas foram aprovadas pelo conselho de administração no primeiro semestre de X2, deverão ser provisionadas no balanço do segundo trimestre de X2 a(s) seguinte(s) medidas:

- (A) nenhuma;
- (B) apenas 1 e 4;
- (C) apenas a 2;
- (D) apenas a 4;
- (E) todas as medidas com mensuração confiável

13. (FGV/DPE RJ/Técnico superior – Ciências Contábeis/2014)

A Companhia Revender vendeu um serviço de instalação elétrica à empresa Sem Luz. Para a execução do serviço, a Revender contratou a empresa Azarada para prestar o serviço. Durante a prestação de serviço, por descuido dos funcionários da Azarada, houve um curto circuito, ocasionando um incêndio no prédio da Sem Luz. Devido ao ocorrido, a Sem Luz entrou com um processo judicial indenizatório cobrando o valor de \$ 200.000 por danos materiais contra a Revender. Por sua vez, a Revender entrou com um processo no mesmo valor contra a Azarada.

O advogado da Revender informou que o processo movido pela Sem Luz é uma contingência com perda provável de \$ 100.000. Quanto ao processo judicial contra a Azarada, segundo a avaliação do advogado, é possível que a integralidade da indenização seja recebida pela Revender.

Considerando o caso acima, o registro na contabilidade da Revender é

- (A) D – Despesas operacionais (DRE) - \$ 200.000
C – Provisões para riscos cíveis (Passivo) - \$ 200.000
- (B) D – Despesas operacionais (DRE) - \$ 100.000
C – Provisões para riscos cíveis (Passivo) - \$ 100.000
- (C) D – Contingências ativas (Ativo) - \$ 200.000
C – Provisões para riscos cíveis (Passivo) - \$ 200.000
- (D) D – Contingências ativas - \$ 100.000
C – Provisões para riscos cíveis (Passivo) - \$ 100.000
- (E) D – Contingências ativas - \$ 200.000
C – Provisões para riscos cíveis (Passivo) - \$ 100.000
C – Outras receitas operacionais (DRE) - \$ 100.000

14. (FGV/Técnico Nível Superior/AL/BA/2014)

O empregado de determinada entidade entrou na Justiça em 2012, cobrando horas extras não remuneradas relativas ao ano de 2011. No julgamento realizado pela administração, com apoio dos consultores jurídicos, foi definido que o risco de perda era remoto.

Em 2013, a Justiça determinou que a entidade deve pagar as horas extras trabalhadas para o empregado. Estas foram pagas em 2014.

O fato gerou uma diminuição no resultado da entidade no ano de:

- a) 2011.
- b) 2012.
- c) 2013.

d) 2014.

e) Não há diminuição no resultado da entidade em nenhum ano.

15. (FGV/Auditor Fiscal/SEFAZ/RJ/2010)

A Cia Nova Friburgo recebeu em dezembro de 2009 uma intimação de um cliente por um produto comprado ter apresentado defeito. Os departamentos contábil e jurídico da empresa analisaram a intimação, apresentaram a defesa e julgaram que a perda da causa é possível. Ao mesmo tempo, foi verificado que se a Cia Friburgo tiver que pagar a indenização ao cliente, ela poderá exigir o ressarcimento de cerca de 80% do valor da indenização cobrada para a empresa fornecedora de matéria prima. No momento da elaboração das Demonstrações Contábeis de 31.12.2009 a empresa, de acordo com as normas contábeis brasileiras apresentadas no Pronunciamento CPC25, aprovado pelo CFC, analisou a situação e adotou o seguinte procedimento:

(A) a empresa efetuou a Provisão para Contingências pelo valor de 100% da indenização cobrada.

(B) a empresa apresentou sua posição em notas explicativas.

(C) a empresa não teve obrigação de evidenciar o fato.

(D) a empresa efetuou a Provisão para Contingências pelo valor de 20% da indenização cobrada.

(E) a empresa constituiu uma Reserva para Contingência pelo valor de 100% da indenização cobrada.

16. (FGV/Analista de Controle Interno/SEFAZ/RJ/2011)

Assinale o tratamento contábil que deve ser aplicado de acordo com as normas contábeis brasileiras.

A) Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada possível e reconhece uma Reserva para Contingência.

B) Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada remota e reconhece uma Reserva para Contingência.

C) Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada provável e constitui uma Reserva para Contingência.

D) Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada provável e constitui uma Provisão para Contingências.

E) Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada remota e reconhece uma Provisão para Contingências.

17. (FGV/Contador/SUDENE/PE/2013)

O termo a ser utilizado para o julgamento de contingências ativas referente a decisões judiciais favoráveis para a entidade, sobre as quais não cabem mais recursos é

- (A) remota.
- (B) provável.
- (C) possível.
- (D) praticamente certo.
- (E) certo.

18. (FGV/Auditor Fiscal/ISS Cuiabá/2014)

Em dezembro de 2013, a administração de determinada empresa decidiu encerrar as atividades em uma de suas unidades a partir de 2014, a fim de cortar custos. A notícia foi mantida em sigilo, sendo que apenas os diretores e o contador sabiam dos planos para esta unidade. Dado que os custos com rescisões trabalhistas eram estimados em R\$ 300.000,00 e, com outros gastos, em R\$ 150.000,00, o procedimento correto em 31/12/2013 foi

- (A) contabilizar uma provisão de R\$ 150.000,00.
- (B) contabilizar uma provisão de R\$ 225.000,00.
- (C) contabilizar uma provisão de R\$ 300.000,00.
- (D) contabilizar uma provisão de R\$ 450.000,00.
- (E) não contabilizar a provisão.

19. (FGV/Técnico Nível Superior/AL/BA/2014)

Uma empresa possuía escritórios em cinco estados brasileiros. Em 01/12/2013, a alta direção desta empresa decidiu pela descontinuidade de suas operações em dois importantes estados, com a transferência das operações para outros estados, inclusive deslocando pessoal. Na ocasião, as principais linhas do plano foram aprovadas e, na semana seguinte, divulgadas para as partes envolvidas.

A empresa contabilizou uma provisão para reestruturação. Nessa provisão deve estar incluído:

- a) o remanejamento da equipe para os três outros polos.
- b) o pagamento de indenização para os empregados desligados das unidades descontinuadas.
- c) o investimento em novos sistemas e redes de distribuição.
- d) o pagamento de treinamento para os empregados das unidades que irão ter sua carga de trabalho ampliada.
- e) o marketing realizado nos três estados remanescentes.

20. (CESPE/Auditor/TCM BA/2018)

Segundo o CPC 25, um passivo deve ser reconhecido quando a sua ocorrência for provável, isto é, quando a probabilidade da sua ocorrência for:

- A) igual a 20%

- B) superior a 20% e inferior a 30%.
- C) superior a 30% e inferior a 40%.
- D) superior a 40% e inferior a 50%.
- E) superior a 50%.

21. (CESPE/SEDF/Analista/2017)

Um fabricante deve registrar um passivo líquido e certo relativo às garantias de reparo ou troca de seus produtos, dadas aos compradores, se, pela sua experiência passada, for provável — ou seja, mais provável que sim do que não — que algumas garantias serão executadas pelos compradores.

22. (CESPE/Perito Criminal Ciências Contábeis/PC-PE/2016)

Acerca do reconhecimento e da divulgação de ativos e passivos, assinale a opção correta.

- a) Um passivo trabalhista só será objeto de registro contábil quando do trânsito em julgado da sentença condenatória.
- b) Registra-se em passivo não circulante a existência de uma obrigação presente com remota probabilidade de saída de recursos.
- c) Existindo uma obrigação presente, mas que apenas provavelmente vá requerer uma saída de recursos para sua liquidação, não se registra uma provisão, porém divulga-se informação pertinente em nota explicativa.
- d) Se um ingresso de benefícios econômicos for praticamente certo, um ativo contingente deverá ser reconhecido.
- e) Caso uma entrada de benefício econômico não seja provável, nenhum ativo deverá ser reconhecido ou divulgado.

23. (CESPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016)

Acerca de provisões, passivos e contingências passivas e ativas, julgue o item subsecutivo.

O contador de uma empresa que tenha sido multada por haver causado danos ambientais deverá reconhecer uma provisão para contingências no valor da multa a ser paga.

24. (CESPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016)

Acerca de provisões, passivos e contingências passivas e ativas, julgue o item subsecutivo.

Passivo contingente corresponde a um passivo de prazo ou valor incerto; provisão caracteriza uma obrigação possível, resultante de eventos passados, que será confirmada pela ocorrência ou não de eventuais acontecimentos futuros, sobre os quais a entidade não terá controle.

25. (CESPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016)

Acerca de provisões, passivos e contingências passivas e ativas, julgue o item subsecutivo.

Sendo identificada uma contingência ativa na fase final de uma ação impetrada por uma empresa contra outra empresa, os valores a serem convertidos para a impetrante deverão ser reconhecidos.

Uma empresa do setor farmacêutico que atua em diversos países realiza atividades que causam poluição ambiental. Embora estejam conscientes desse problema, os administradores dessa empresa se comprometem a despoluir áreas impactadas por suas atividades apenas nos locais em que houver determinação legal para isso. Há anos essa empresa tem causado poluição ambiental em áreas públicas de um país onde, atualmente, está em curso o processo de votação de um projeto de lei antipoluição. Se esse projeto for aprovado, como se estima, a lei entrará em vigor após o término do exercício social em curso. Prevendo que terá de arcar com a despoluição das áreas impactadas, a empresa estabeleceu uma estimativa do valor que deverá desembolsar.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item seguinte, que trata de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

26. (CESPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016)

Na situação apresentada, a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos é considerada possível, pois a probabilidade de a saída de recursos ocorrer é superior à de ela não ocorrer.

27. (CESPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016)

Se o efeito do valor do dinheiro no tempo for considerado imaterial, o valor da estimativa feita pela empresa não estará sujeito a ajuste com base em valor presente, quando do seu reconhecimento pela contabilidade.

28. (CESPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016)

No término do exercício social em curso, a empresa deverá reconhecer um passivo contingente.

29. (CESPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016)

Se, independentemente da aprovação da lei antipoluição, a empresa aceitar publicamente a responsabilidade pela reparação do dano causado ao meio ambiente, estará configurada a existência de um evento passado que conduziu a uma obrigação presente.

30. (CESPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016)

Caso a empresa tenha direito ao reembolso, por terceiro, do total a ser desembolsado para reparação da área poluída, esse direito a reembolso deverá ser registrado em uma conta retificadora de passivo.

Em outubro de 2010, uma empresa acionou judicialmente seu principal fornecedor de matérias-primas reivindicando um direito. Até o final de 2014, o desfecho da ação ainda era

incerto, embora se considerasse provável uma entrada de benefícios econômicos. No final de 2015, quando o processo tramitava em última instância, foi proferida decisão judicial a favor da empresa, ficando o fornecedor comprometido a honrar o pagamento do direito reivindicado à empresa no ano de 2016.

Com base nessa situação hipotética, julgue o próximo item, acerca de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

31. (CESPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016)

No final de 2015, a empresa teve de reconhecer, em suas demonstrações contábeis, o ativo e os ganhos decorrentes da decisão judicial proferida a seu favor.

32. (CESPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016)

No período de 2010 a 2014, a empresa teve a obrigação de divulgar, nas datas de cada balanço, informações acerca da natureza dos ativos contingentes e, quando praticáveis, as estimativas dos efeitos financeiros dos referidos ativos.

33. (CESPE/Funpresp-JUD/Contabilidade/2016)

Acerca de provisões, passivos e contingências passivas e ativas, julgue o item subsecutivo.

O contador de uma empresa que tenha sido multada por haver causado danos ambientais deverá reconhecer uma provisão para contingências no valor da multa a ser paga.

34. (CESPE/TCE-PR/Analista de Controle – Contábil/2016)

Em 2015, a Cia. Alfa foi autuada pelo não recolhimento de R\$ 3.000.000, referentes a determinado imposto. Em 31/12/2015, foi reconhecida contabilmente uma provisão de apenas R\$ 1.500.000, por sugestão do setor jurídico da companhia. Simultaneamente, a Cia. Alfa impetrou recurso junto ao órgão fiscal. Em 25/1/2016, após julgamento do recurso, o órgão fiscal entendeu que era devido o recolhimento do valor de R\$ 2.000.000. A companhia optou por não recorrer dessa decisão. Em seguida, em 18/3/2016, foi autorizada a emissão das demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2015.

Nesse caso hipotético, o procedimento contábil correto a ser adotado pela Cia. Alfa consiste em reconhecer, nas demonstrações contábeis

- a) de 2015, uma provisão complementar de R\$ 1.500.000.
- b) de 2016, uma provisão de R\$ 1.500.000.
- c) do ano em que ocorrer o efetivo recolhimento, uma despesa tributária de R\$ 2.000.000.
- d) de 2015, uma provisão complementar de R\$ 500.000.
- e) de 2016, uma provisão de R\$ 500.000.

35. (CESPE/DPU/Contador/2016)

Com relação ao reconhecimento e à mensuração de itens patrimoniais e de resultado, julgue o item subsecutivo.

Caso determinada sociedade empresária estime uma provisão, em virtude de garantia oferecida por problema no funcionamento inadequado de produto vendido, essa sociedade deverá reconhecer um passivo e uma despesa no momento da venda, pelo valor estimado.

36. (CESPE/Auditor Federal de Controle Externo/TCU/2015)

No fim do exercício social, determinada empresa estimou os seguintes valores para os processos judiciais em que figurava como ré em relação aos quais os especialistas consideravam haver probabilidades de perda.

natureza	estimativa (em milhões de R\$)
fiscais	98.256,00
cíveis – gerais	10.350,00
trabalhistas	12.381,00
cíveis – ambientais	3.984,00
total	124.971,00

Assertiva: Nesse caso, o montante de R\$ 124.971 milhões deverá ser reconhecido no balanço patrimonial do exercício, em contas classificadas no passivo exigível, em subgrupos de provisões e de acordo com os prazos de liquidação.

37. (CESPE/Telebras/Analista Superior-Auditoria/2015)

Com relação aos componentes do patrimônio e ao conceito de receita, julgue o próximo item, de acordo com os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

O ativo contingente não deve ser reconhecido no balanço patrimonial da entidade, pois, entre outros motivos, não é um evento totalmente sob o controle da empresa.

38. (CESPE/FUB/Contabilidade/2015)

Com relação ao tratamento contábil de itens patrimoniais, julgue o item a seguir.

O tempo é um fator que diferencia provisões para contingências de reservas para contingências: as primeiras referem-se a eventos passados, e as últimas, a futuros.

39. (CESPE/FUB/Contabilidade/2015)

Julgue o item subsequente, relativo aos procedimentos contábeis de mensuração de ativos e passivos que devem ser efetuados pela UnB.

Não é possível o reconhecimento de provisão caso não possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

40. (CESPE/FUB/Contabilidade/2015)

O item apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada em relação ao reconhecimento e à mensuração contábil, de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A empresa X está sendo acusada pela concorrente Y de prática desleal, por combinar preços com as demais concorrentes. A empresa Y pede judicialmente uma indenização de R\$ 1 milhão. Nessa situação, a empresa X deve reconhecer uma obrigação no passivo, pelo valor requerido, mesmo que seja remota a probabilidade de saída de recursos que incorporem benefícios econômicos.

Uma companhia aberta que fabrica aparelhos celulares vende o seu produto oferecendo garantia ao cliente no momento da venda. No contrato de venda, o fabricante compromete-se a consertar, por meio de reparo ou substituição do aparelho, defeitos que vierem a se tornar aparentes dentro de três anos, a partir da data da venda. A experiência passada revela que é provável que haja reclamações dentro do período de cobertura da garantia. O fabricante tem condições de fazer uma estimativa confiável do valor com o qual terá que arcar em caso de danos nos aparelhos.

Com base na situação hipotética apresentada e nos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, julgue o item que se segue.

41. (CESPE/STJ/Apoio Especializado/Contadoria/2015)

A restrição, nesse caso, para o reconhecimento contábil de uma provisão está relacionada à inexistência de uma obrigação presente.

42. (CESPE/STJ/Apoio Especializado/Contadoria/2015)

O fabricante está diante de uma situação que configura a existência de um passivo contingente. Nesse caso, o procedimento contábil apropriado é a divulgação desse passivo contingente em notas explicativas.

43. (CESPE/DPF/Contabilidade/2014)

A diferença entre as contas provisão para imposto de renda e imposto de renda a pagar está em que a primeira representa um passivo de prazo ou valor incerto enquanto que a segunda consiste em um passivo que não contempla tal incerteza.

44. (CESPE/DPF/Contabilidade/2014)

As provisões e os passivos contingentes devem ser reconhecidos e registrados pela contabilidade, uma vez que, apesar de serem resultantes de eventos passados, constituem obrigações presentes, sendo provável a saída de recursos a fim de liquidar a obrigação no futuro.

45. (CESPE/TRE ES/Contabilidade/2011)

No item, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Uma empresa, após ter apurado lucro de R\$ 100.000,00, destinou um terço desse valor para contingências futuras. Nessa situação, a empresa contabilizará, no mesmo exercício, R\$ 30.000,00 a crédito de uma conta de provisão para contingências.

46. (CESPE/TRE ES/Contabilidade/2011)

Julgue o item que se segue, acerca da utilização das técnicas contábeis no registro e controle do patrimônio das entidades.

Se as circunstâncias justificarem, as provisões devem ser constituídas ainda que a entidade correspondente esteja operando com prejuízo.

20 - GABARITO DAS QUESTÕES COMENTADAS NESTA AULA



QUESTÃO	GABARITO	QUESTÃO	GABARITO
1	D	24	ERRADO
2	A	25	ERRADO
3	E	26	ERRADO
4	A	27	CERTO
5	D	28	ERRADO
6	C	29	CERTO
7	E	30	ERRADO
8	E	31	CERTO
9	E	32	CERTO
10	B	33	ERRADO
11	A	34	D
12	C	35	CERTO
13	B	36	ANULADA
14	C	37	CERTO
15	B	38	CERTO
16	D	39	CERTO
17	D	40	ERRADO
18	E	41	ERRADO
19	B	42	ERRADO
20	E	43	CERTO
21	ERRADO	44	ERRADO
22	E	45	ERRADO
23	ERRADO	46	CERTO

